

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

REVISTA EMPREENDER

v.1 n.1 2016 ISSN **2526-7116**

COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS XII

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

José Bites de Carvalho

Reitor

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC

José Aparecido Alves Pereira

Diretor

COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

João Hélio Reale da Cruz

CONSELHO EDITORIAL

Juliana Gerab

Luciana Nery

João Hélio Reale

Marcelo Neves

COORDENAÇÃO EDITORIAL

João Helio Reale da Cruz

A responsabilidade sobre os artigos é integralmente dos seus respectivos autores.



REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

SUMÁRIO

UMA ANÁLISE DO ABSENTISMO DOS COLABORADORES EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Dorielson Pereira da Silva, Gilmar Costa Bezerra Júnior, Jardel Pimentel Nascimento, Luciana Nery de Oliveira, Vânia Montalvão03

AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Um estudo de caso na Faculdade de Guanambi

Eliene Moreira Silva, Naira Ribeiro da Silva, João Hélio Reale da Cruz, Vânia Montalvão22

FINANCIAMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO: POSSIBILIDADES PARA UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO.

Gilson de Jesus Souza, Michele Mota Souza, Rosana Caldas de Jesus.....45

TEORIAS ADMINISTRATIVAS E AS ORGANIZAÇÕES: UMA POLIFONIA NECESSÁRIA.

Gilson de Jesus Souza58

CONTRATO DE DOAÇÃO: PRINCIPAIS ASPECTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Deborah Marques Pereira Clemente, Cinthia da Silva Barros, Denise Cardoso Martins, Gustavo Igor Silva Montalvão, Jerônimo de Castro Lima Junior, Joyce Teixeira Matos, Jorge Amancio Castro Pimentel e Luís Rafael Pereira Fernandes67

ECONOMIA E DIREITO: UMA INTERDISCIPLINARIDADE NECESSÁRIA

Adaltiva dos Santos Xavier, Edilene Fagundes, Léia Souza, Ravane Reis, Yasmin Guimarães.....80



UMA ANÁLISE DO ABSENTEÍSMO DOS COLABORADORES EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Dorielson Pereira da Silva, Gilmar Costa Bezerra Júnior, Jardel Pimentel Nascimento,¹
Luciana Nery de Oliveira, Vânia Montalvão²

RESUMO

O presente trabalho analisou o absenteísmo dos colaboradores em uma empresa de construção civil. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o absenteísmo foi tratado como as ausências não previstas dos funcionários, ao seu posto de trabalho. De forma mais específica, identificou-se as principais causas do absenteísmo, as formas de controle dessas ocorrências, suas consequências, os possíveis impactos no canteiro de obras e analisou as medidas de prevenção quanto a sua eficácia. A metodologia utilizada para este estudo de caso foi quantitativa quanto sua abordagem, pois o procedimento da coleta de dados se deu por meio de questionários estruturados. Para a interpretação dos dados utilizou-se as planilhas eletrônicas do Microsoft Excel. Foi constatado que as causas do absenteísmo são diferentes nas percepções dos gestores e colaboradores e a empresa não possui ferramentas capazes de identificar e controlar essas ocorrências. Foram identificados os impactos dessas ausências nos canteiros de obras, bem como as medidas de redução e prevenção desses índices. Conclui-se que o primeiro passo para a empresa controlar os seus índices de absenteísmo é identificar as causas geradoras destas ausências e não somente importar com seus impactos. Cada pequena redução nessas taxas, poderia trazer uma diminuição dos custos, aumento da produção, redução da sobrecarga de trabalho e uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chaves: Absenteísmo. Ausência. Construção civil.

INTRODUÇÃO

No atual cenário das novas organizações, inseridas em um mercado cada vez mais acirrado e competitivo, a preocupação crescente dos gestores com os seus ativos intangíveis passou a ocupar um papel de destaque. O conhecimento e a mão de obra dos recursos humanos estão diretamente ligados ao processo produtivo, interferindo na qualidade final do produto, sua produtividade e nas atividades da construção civil isso não ocorre de forma diferente.

¹ Graduados em Administração pela Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*.

² Mestres e docentes do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*

O setor é responsável por colaborar significativamente com o desenvolvimento do país e demandar uma grande capacidade de absorção de mão de obra. No entanto, diferentemente de outros setores a construção civil apresenta algumas peculiaridades, como excesso de trabalho manual e esforço físico na realização das atividades. Estas características são responsáveis pela ocorrência de comportamentos indesejáveis, entre eles, a ausência do colaborador ao seu posto de trabalho.

O absenteísmo que para Nogueira (2012, p.90) está relacionado à ausência de trabalhadores no processo de trabalho é gerado por diversos problemas, sejam eles pessoais como doenças, sociais a exemplo de problemas familiares e inclusive relacionados a própria estrutura e política da organização.

Segundo a literatura a ausência do colaborador na construção civil desorganiza o serviço, acarreta queda na produção, atraso na entrega da obra, sobrecarga de trabalho para os que substituem os ausentes e aumento nos custos operacionais.

Portanto, esse trabalho analisou o seguinte problema de pesquisa: Quais as causas do absenteísmo na percepção dos gestores e funcionários?

É nesse contexto que a pesquisa se justifica, além de propor maiores estudos sobre o tema, enriquecendo as contribuições científicas já produzidas por outros pesquisadores, o trabalho visa uma melhora nas relações sociais no canteiro de obra da empresa, a partir, do controle das faltas praticadas pelos colaboradores. Este objeto de estudo, sempre foi alvo dos gestores por ter elevado índice de absenteísmo nas obras de construção civil e estar relacionado aos resultados organizacionais.

O presente estudo teve como objetivo geral, identificar as principais causas do absenteísmo na percepção dos gestores e colaboradores. Quanto aos objetivos específicos foram: verificar se a empresa exerceu controle das ocorrências de absenteísmo, analisar suas consequências, diagnosticar os impactos na obra e verificar as medidas de prevenção do absenteísmo bem como sua eficácia na organização.

O Capital Humano nas Organizações

A administração do capital humano é um conjunto de políticas e práticas multivariadas, abrangendo conceitos de diferentes campos de conhecimento, como a psicologia, sociologia, medicina e direito do trabalho, o que confere aos gestores complexidade em lidar com as situações, tornando imprescindível a sua observância para que a empresa se mantenha competitiva em um mercado globalizado.

Nos dias atuais os colaboradores não são mais vistos como uma parte do processo e sim como os responsáveis pelo diferencial nos resultados da organização, pois eles colaboram com suas habilidades, competências e conhecimentos, em todos os níveis organizacionais.

As empresas são formadas por pessoas, envolvendo uma multiplicidade de características individuais, logo, os gestores passaram a adotar um planejamento estratégico na administração de recursos humanos (ARH), desenvolvendo políticas e programas que atendam às necessidades da empresa e dos indivíduos. Dessler (2003, p. 15) complementa que o planejamento estratégico de recursos humanos, corresponde ao “modelo de atividades e recursos humanos desenvolvidos com a intenção de permitir que a organização alcance as suas metas”.

As técnicas e programas utilizados na área de recursos humanos, como cita Ribeiro (2005, p.13), são o recrutamento, seleção de pessoal, treinamento, remuneração, contratação e a criação de um ambiente aberto a novas ideias, desenvolvendo novos talentos. Chiavenato (2009, p. 126) acrescenta a essa ideia, a descrição dos cargos, plano de carreira, administração de salários e as relações trabalhistas como políticas da ARH.

Os gestores reconhecem a importância da aplicação dessas ferramentas, principalmente pelo aumento da produtividade no ambiente corporativo, com atenção especial as necessidades dos colaboradores, seus

anseios e a manutenção de um clima organizacional que garanta o desenvolvimento das suas tarefas com êxito.

A grande dificuldade dos profissionais da ARH de acordo Chiavenato (2009) é o seu caráter contingencial, pois não existem ferramentas ou princípios universais a serem utilizados pelos gestores em todos os casos. As empresas se diferenciam no seu ambiente interno e externo, política adotada, cultura organizacional, tecnologia empregada e disponibilidade de recursos. À medida que alteram esses princípios, modificam também a forma de gerir as pessoas.

A interação das pessoas com a instituição, responsável pela criação de um comportamento organizacional, deve ser observada com ênfase, portanto, a única maneira da empresa alcançar os seus objetivos e garantir uma vantagem competitiva do ponto de vista mercadológico é através da soma individual dos esforços dos recursos humanos.

O Comportamento Humano nas Organizações

O estudo do comportamento dos indivíduos e a sua interação com os elementos relacionados ao trabalho em grupo e os seus impactos no ambiente laboral é denominado comportamento organizacional. Fatores internos apresentam uma forte influência nos resultados da empresa, como seus padrões de liderança, evolução tecnológica, realização de treinamentos, adaptação às mudanças, dentre outros fatores que também influenciam os indivíduos, os grupos e as organizações.

Segundo Robbins, Judge, Sobral (2010, p. 7) o comportamento organizacional é: “Campo de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura têm sobre o comportamento das pessoas dentro das organizações, com o propósito de utilizar esse conhecimento para melhorar a eficácia organizacional.”

O entendimento do comportamento organizacional é essencial para a compreensão do objetivo deste trabalho. Existe uma relação direta entre os resultados empresariais e o comportamento dos seus colaboradores.

Esse conhecimento, acerca do comportamento, tem por finalidade a melhora no grau de satisfação para o trabalho, aumento na produtividade, redução do absenteísmo, rotatividade e uma evolução na qualidade de vida das pessoas.

Assim, aliado ao conhecimento, que para Bitencourt (2010, p.57) é a maior forma de se obter vantagem competitiva e excelência nos resultados em grupos conflituosos, está a preocupação com o ambiente interno das empresas. Esse ambiente da empresa, que reflete o grau de satisfação e os comportamentos dos colaboradores é denominado Clima Organizacional.

Clima Organizacional

A definição do clima é obtido através da investigação do ambiente de trabalho e essa análise nem sempre é uma tarefa simples. É necessário uma análise e coleta de dados dos colaboradores para a posterior avaliação e consequentemente identificar através dessa importante ferramenta de gestão o grau de satisfação do ambiente de trabalho na visão dos colaboradores.

Segundo Keller e Aguiar (2004, p.105), o clima organizacional é “A situação de um determinado momento da empresa que reflete satisfação, o ânimo, os interesses os comportamentos dos empregados e os reflexos positivos ou negativos disso nos resultados organizacionais”.

A análise do clima é importante para verificarmos a capacidade de influência que o ambiente laboral exerce nas ações e no comportamento dos colaboradores, bem como, o seu desempenho na realização das atividades.

Maximiano (2011, p.218) aponta que as percepções e os sentimentos dos seres humanos quanto aos salários, os objetivos organizacionais, condições de trabalho, programa de incentivos na empresa, influenciam o modo como os colaboradores se sentem em relação à organização.

Esse relacionamento entre colaborador e empresa desencadeia um determinado grau de satisfação que pode ser medido pela qualidade do ambiente organizacional. O ambiente de boa qualidade reflete melhores resultados na produtividade, aumento da autoestima e motivação dos envolvidos. Enquanto uma baixa qualidade do ambiente organizacional é capaz de gerar comportamentos indesejados, como má vontade na realização das atividades diárias, queda da produtividade, rotatividade e o absenteísmo.

Absenteísmo, origem e conceito:

O termo absenteísmo era utilizado quando os proprietários rurais abandonavam o campo para viverem nas cidades. No período da revolução industrial a palavra foi empregada aos trabalhadores faltosos aos serviços. Quick & Lapertosa (1982 apud OLIVEIRA; GRANZINOLLI; FERREIRA, 2007).

Já Souza (2007) afirma que o absenteísmo é de origem francesa que significa pessoa que falta ao trabalho por inúmeros motivos, podendo essa ausência ser justificada ou não. Em geral o termo absenteísmo refere-se à ausência do colaborador na organização, mas os pesquisadores criaram perspectivas diferentes quanto a sua observação.

A primeira perspectiva afirma que o absenteísmo está relacionado às ausências e atrasos não programados ao trabalho, não pertencendo a esse bloco as faltas previstas como licença maternidade, férias, folga. A

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1999 apud BERNSTORFF; ROSSO, 2008) defende o absenteísmo como a ausência remunerada ou não por um período superior a um dia de trabalho, quando se esperava que o colaborador estivesse presente e recomenda a exclusão de férias e folgas do cálculo do índice do absenteísmo por considera-las previsíveis e programáveis.

O segundo grupo, considera o absenteísmo como toda e qualquer ausência dos colaboradores no trabalho, estando elas amparadas pela legislação trabalhista ou não. Chiavenato (2004) definiu que é a ausência no trabalho, independentemente de qual seja o motivo; Stockmeier (2004 apud NETO, 2006, p.8) define absenteísmo como a falta no trabalho por qualquer

razão: doenças, acidentes de trabalho, licença maternidade, fatores sociais (doença de familiares), fatores culturais (feriados religiosos, emendar feriados).

Para a aplicação e estudo dessa pesquisa o absenteísmo foi considerado apenas como as ausências que não são previstas pela empresa. Escolha essa, por considerar que são mais complexas aos gestores já que não é possível identificar o momento que irá acontecer.

Assim para que a empresa tenha êxito na identificação das principais causas do absenteísmo, foco desse estudo de caso, é necessário a contextualização do tema segundo os pesquisadores, como será verificado a seguir.

As principais causas do absenteísmo

Os estudos apresentam várias causas do absenteísmo que podem estar relacionados aos problemas particulares do indivíduo, bem como aos da empresa. Guimarães (2005, apud NOGUEIRA, 2012, p. 30), destaca as condições de trabalho, os riscos profissionais, a inadaptação do indivíduo, o ambiente de trabalho e o modo de viver das pessoas como causas principais.

Além das características estudadas o absenteísmo segundo Lee e Eriksen (1990, apud NOGUEIRA, 2012, p.29) é inversamente proporcional a satisfação no trabalho, e a ausência pode ser considerada uma forma dos funcionários se afastarem das pequenas situações indesejadas. Essa insatisfação na realização do trabalho, aliada as demais situações vivenciadas pelo colaborador, contribuem com as suas ausências e ajudam os gestores a entenderem estes impactos na organização.

Desta forma os estudos sobre absenteísmo precisam ser específicos e variam de acordo a organização, sua maneira de administrar, atividade exercida, condições do ambiente de trabalho. Como exemplo podemos citar, para melhor compreensão, que os resultados colhidos em uma instituição de ensino devem ser bem diferentes de uma empresa que atua na área de construção civil, pois são distintos em sua estrutura, como qualificação dos profissionais, condições físicas e formas de liderança.

Stockmeier (2004, apud NETO, 2006, p. 20) complementa as causas do absenteísmo nos mais diferentes tipos de organização, como:

- a) Cúmplices pessoais internos: Chefes internos que não monitoram a presença dos seus funcionários.
- b) Cúmplices ambientais internos: Presença de cantinas, cafezinhos, fumódromos.
- c) Cúmplices ambientais externos: Festas típicas regionais.
- d) Problemas pessoais no trabalho: Desentendimento com o chefe e os colegas de trabalho.
- e) Problemas de desadaptação ao trabalho: Turnos noturnos, trabalhos perigosos, insalubres.
- f) Problemas de abuso de drogas: Uso abusivo de álcool, uso de outras drogas.

É importante para a empresa agir diretamente na identificação das causas do absenteísmo, assim como nas suas consequências para a organização. Objetivando a redução desses impactos em suas atividades.

Consequências do absenteísmo para as organizações

As ausências dos colaboradores causam efeitos sociais e econômicos para as empresas. De acordo Soares e Silva (2007, p.04) “dentre uma das mais graves consequências do absenteísmo para as organizações, ressalta-se a queda da produtividade e, conseqüentemente, a queda no lucro”. Essa elevação do custo é gerada pela contratação de pessoas para suprir os ausentes, pagamento de horas extras decorrentes do aumento da jornada laboral, pagamento do dia sem a realização do trabalho, o que geralmente ocorre quando é justificada.

Os efeitos de ordem social, não menos importantes que os econômicos, estariam relacionados às sobrecargas de trabalho, insatisfação pessoal e do grupo, aumento das reclamações e uma diminuição na qualidade dos serviços prestados.

Esses impactos negativos trazem tanto para os países altamente desenvolvidos quanto para aqueles que ainda procuram se desenvolver, um aumento nos custos diretos com a concessão de auxílios doenças e um crescimento indireto nos custos obtidos a partir da perda da produtividade e eficiência, um maior desperdício e o aumento nos problemas de gestão com as substituições dos faltosos. Nogueira (2012, p.33).

Diante das consequências para as organizações, sejam estas provocadas por doenças, acidentes de trabalho, insatisfação do pessoal e tendo em vista que quanto menor a ocorrência da ausência dos colaboradores nas organizações, maior será a capacidade da empresa se desenvolver economicamente e aumentar a sua lucratividade.

A partir disso não é de se admirar a preocupação crescente dos gestores em medir através de um índice e desenvolver estudos para o conhecimento das suas causas, bem como adotar estratégias para o controle. Neste sentido, a seguir é sugerido uma fórmula para o cálculo do absenteísmo.

Cálculo do índice de absenteísmo

O cálculo do absenteísmo é importante pois através dele é possível obtermos a relação entre o tempo efetivamente trabalhado e o que foi planejado aos funcionários na execução de suas atividades conforme foi contratado. Esse cálculo de acordo Allen (1983), pode ser utilizado para estimar os custos adicionais com funcionários, como: pagamento de horas extraordinárias, ajuda de custo e outras despesas que venham a suprir essas ausências.

São várias as formas de se calcular o índice, por isso a escolha deve ser pautada nos interesses da organização. Para Marras (2000), a fórmula de cálculo do índice de absenteísmo é a seguinte:

$$Ia = \frac{Nhp}{NhP} \times 100$$

Quadro 1 – Fórmula de cálculo do absenteísmo
Fonte: Marras, 2000

Ia = Índice de absenteísmo

Nhp = Número de horas perdidas

NhP = Número de horas planejadas

Nota-se que para a utilização desse índice é necessário que a empresa possua mecanismos e ferramentas capazes de fornecer os dados a serem utilizados no cálculo, para a devida mensuração das taxas de absenteísmo.

A grande vantagem de se utilizar essa fórmula é a sua capacidade em medir as ausências em horas, levando para a base de cálculo não somente os dias faltosos, mas também, os atrasos e as saídas antecipadas, sendo elas responsáveis pela desorganização do ambiente de trabalho, devido a relação de dependência nas atividades da construção civil.

A indústria da construção civil

A indústria da construção civil tem um destaque importante para o crescimento econômico brasileiro. Sua colaboração está principalmente na geração de renda e pela capacidade de absorção de mão de obra.

Nos últimos anos o setor teve um elevado crescimento, observado principalmente entre os anos 2007 a 2010, com o plano do governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estimulando os investimentos em obras de infraestrutura.

Segundo os especialistas esse período promissor chegou ao fim. O Brasil vive um momento delicado com a queda de 3,8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao ano de 2014 e tem o pior resultado em 25 anos, quando o recuo chegou a 4,3% em 1990. O setor da construção civil foi um dos mais prejudicados, com uma queda de 8%, interrompendo de vez o ritmo acelerado de contratações e a diminuição da demanda em investimentos. (CURY; CAOLI, 2016).

No Brasil a indústria da Construção Civil no ano de 2015 ocupou o quarto lugar do ranking em quantidade de demissões, ficando atrás dos setores de serviços que liderou com 7.128.949, o comércio logo em seguida com 4.485.856, a indústria com 3.315.586 e a construção civil logo atrás com 2.302.720 de desligamentos (CAGED, 2015).

A importância em enfatizar esses números é que as demissões representam umas das formas punitivas na tentativa de se controlar o absenteísmo. Do mesmo modo que, são capazes de comprovar a desaceleração da construção civil, como verificado no quadro 2, a seguir, que expõem os valores reais do período, em número de admissões e demissões, no cenário nacional, estadual e no município onde se desenvolveu a pesquisa.

	Guanambi	Bahia	Brasil
Admissões	900	95.812	1.888.628
Desligamentos	1.871	129.626	2.302.720
Nº Empregos formais em 01/01/2016	1.630	146.170	2.661.158

Quadro 2: Movimentações de funcionários no país e em suas regiões em 2015.

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php (adaptado pelo autor)

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se por sua abordagem quantitativa. Essa análise identifica padrões de amostras heterogêneas e suas influências causadas pelas variáveis do problema (Gil, 2002).

O tipo da pesquisa quanto aos objetivos é descritiva e aos seus procedimentos, caracterizam como uma pesquisa de campo, para Severino (2014, p. 123) acontece “quando o objeto é abordado em seu ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem.”

Para esta pesquisa foi selecionada uma empresa com mais de oito anos de experiência no ramo da construção civil, exercendo à atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários, como a construção de bairros planejados, condomínios residenciais e comerciais na cidade de Guanambi (BA) e por questões éticas optou-se na preservação do nome. Assim, as informações fornecidas pela empresa podem ser utilizadas e publicadas sem que venham comprometer a imagem da organização

A escolha se deu pela instituição empregar uma quantidade de mão de obra superior a realidade das empresas locais, que na sua maioria são formadas por micro e pequenas empresas. E como o absenteísmo é o tema objeto desta pesquisa, a coleta de informações torna-se enriquecida com uma quantidade maior de pessoas investigadas.

As informações foram coletadas no período de 02 a 06 de maio de 2016, através de questionário aplicado a 88 colaboradores que representavam a totalidade de funcionários e 3 gestores, responsáveis pela gestão desse quantitativo de recursos humanos.

O critério de inclusão se deu pela análise das duas partes envolvidas no processo, identificando as suas visões de um mesmo problema na organização. O tratamento e interpretação destes dados foram por meio de planilhas eletrônicas, no Microsoft Excel.

Para a fundamentação teórica foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2010, p.166) consiste em um apanhado geral sobre o tema já tornado público, não sendo uma mera repetição do que já foi dito e sim chegando a conclusões inovadoras.

Do ponto de vista da sua natureza o trabalho objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Neste item serão apresentados os resultados obtidos através da pesquisa aplicada por meio dos questionários. Para tanto, foi utilizado o estudo de caso para contemplar os objetivos desta pesquisa.

Causas do absenteísmo na percepção dos gestores e colaboradores

Em relação ao absenteísmo, os colaboradores afirmaram na sua totalidade que já se ausentaram ao local de trabalho e 71% dessas faltas apresentaram alguma justificativa. Os gráficos 2 e 3, abaixo, apresentam as principais causas do absenteísmo na percepção dos colaboradores e gestores.

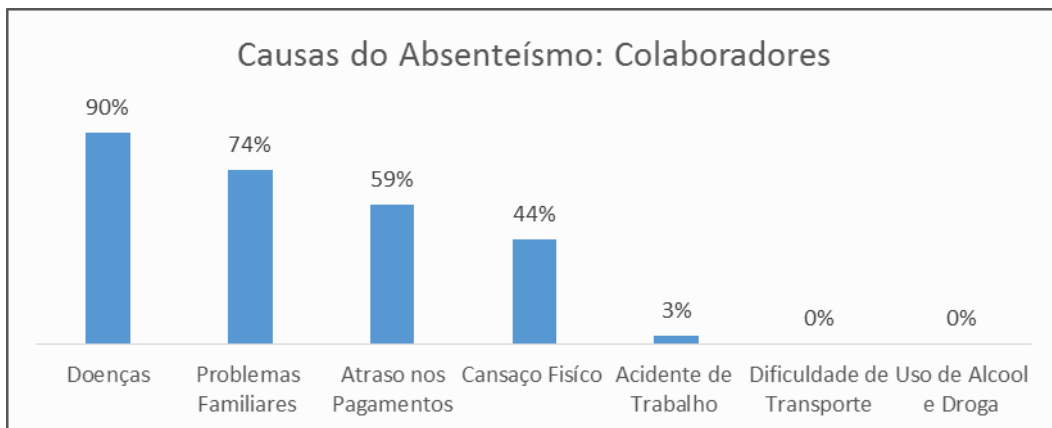


Gráfico 2 - Causas do absenteísmo na percepção dos colaboradores.
Fonte: Autores, 2016.

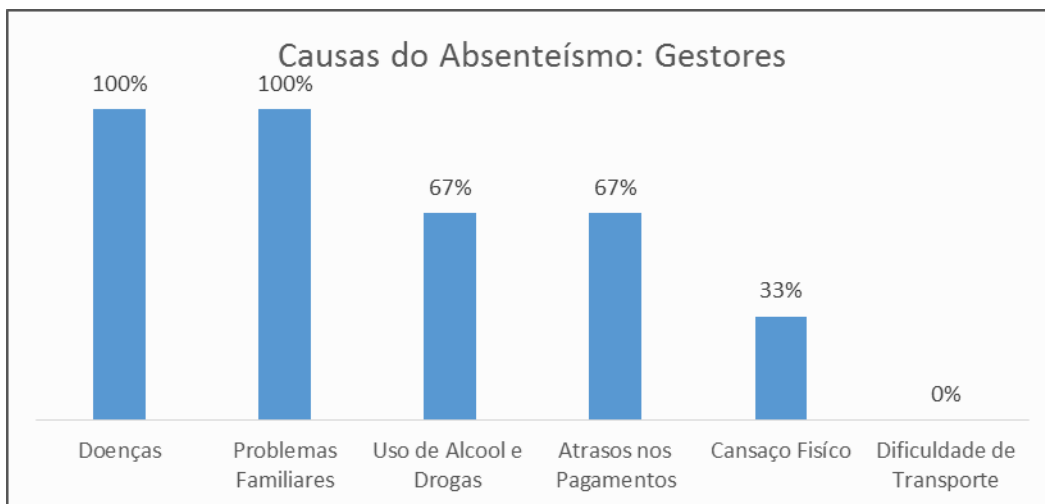


Gráfico 3 - Causas do absenteísmo na percepção dos gestores.
Fonte: Autores, 2016.

Verificou-se que os gestores e os colaboradores apresentaram percepções semelhantes quanto as duas maiores causas de incidência do absenteísmo no canteiro de obra. Os problemas familiares e a doença, a maior delas, conforme verificado nesta pesquisa, foi também objeto de estudo de Couto (1982 apud NETO 2006, p.12) que afirmou ser “o motivo mais importante dos diversos tipos de absenteísmos existentes, devido ao volume de ausências que acarreta.”

Observou-se que a falta por motivo de álcool ou drogas, além de ser um problema social, que atinge vários setores da comunidade, foi citada apenas pelos gestores como uma das causas do absenteísmo. Para os mesmos as

ausências que recaem nas segundas e sextas feiras estão diretamente ligadas ao abuso dessas substâncias.

Controle das ocorrências de absenteísmo

Constatou-se que o controle relativo a ausência dos seus funcionários ocorreu diariamente nos seus canteiros de obras. Quanto ao método de controle de abstenções, utilizou-se o registro de presença na folha de ponto do funcionário. Informações estas confirmadas pelos colaboradores.

As informações contidas nesses registros se limitam a informar a data em que ocorreu a ausência, não sendo suficiente para identificar as reais causas do não comparecimento ao posto de trabalho.

Nesse contexto, verificou-se que as afirmações de Souto (1980) são comprovadas na pesquisa, uma vez que, para ele o absenteísmo é um problema de gestão e deve conter técnicas específicas para identificar as ausências ao trabalho, conforme Quadro 3, a seguir:

Formas de Controle	Informações das Ocorrências	Quando são Lançados os Registros
Registro na folha de ponto individual	Apenas a data que ocorreu a ausência	Diariamente

Quadro 3 – Registro das ocorrências de absenteísmo
Fonte: Autores, 2016

Impactos do absenteísmo na empresa

Os gráficos 4 e 5, a seguir, apresentam os fatores resultantes dos impactos do absenteísmo no canteiro de obras para os colaboradores e gestores da empresa.

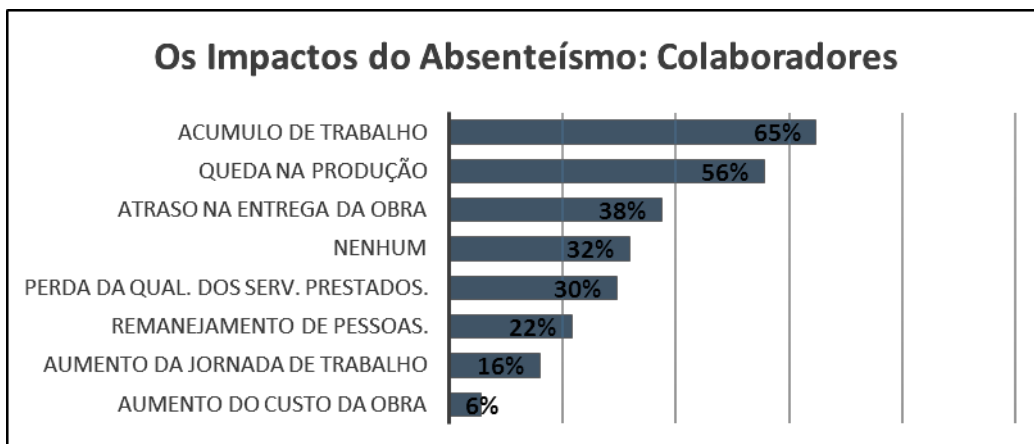


Gráfico 4 - Os impactos do absenteísmo para os colaboradores.
Fonte: Autores, 2016

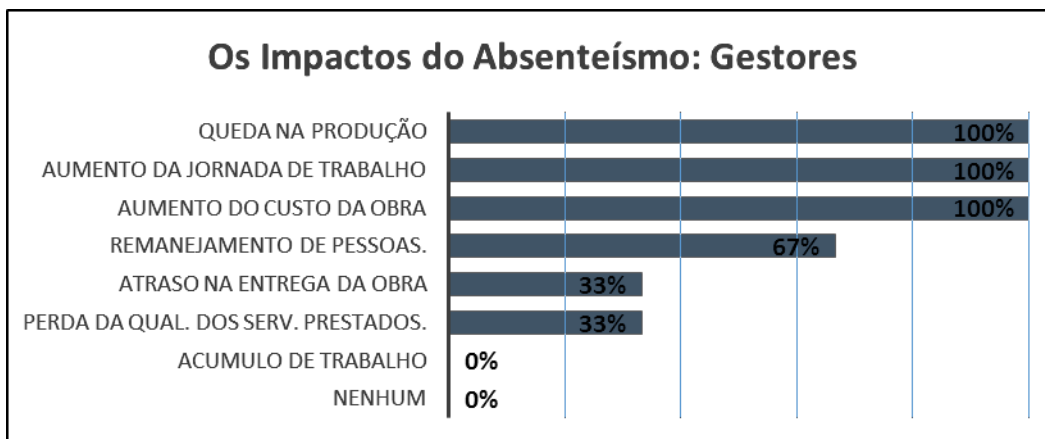


Gráfico 5 - Os impactos do absenteísmo para os gestores.
Fonte: Autores, 2016

Os dados obtidos no gráfico 4 apontou que uma parcela dos colaboradores relatou que as suas ausências foram capazes de interferir no equilíbrio das atividades, gerando consequências como: Acúmulo de trabalho para os trabalhadores que substituíram os ausentes, queda na produtividade e atraso no cronograma das obras. Enquanto, uma parte dos funcionários acreditou que o absenteísmo não foi capaz de gerar impactos nas atividades do canteiro de obra.

No gráfico 5 verificou-se, que segundo os gestores o absenteísmo foi responsável principalmente pela queda na produção, aumento da jornada de trabalho e o aumento do custo da obra.

Nesse contexto, compararam-se os resultados colhidos e percebeu-se que praticamente a totalidade dos funcionários não reconheceram que suas ausências foram capazes de interferir em um aumento nos custos da obra. Já os gestores, em oposição ao que foi dito pelos colaboradores não atrelaram o absenteísmo como responsável pelo acúmulo de trabalho na obra.

Verificou-se que em ambas as percepções as consequências, como a queda na produção e o atraso na entrega das obras, estão diretamente relacionadas à perda da capacidade produtiva que foram resultantes da diminuição do quantitativo de recursos humanos que não compareceram ao trabalho.

Observou-se que os impactos da ausência dos funcionários constituem um problema administrativo complexo e para o seu devido controle a empresa adotou medidas preventivas para a redução desses índices.

Medidas de redução e prevenção do absenteísmo

O quadro a seguir, trata-se das medidas punitivas adotadas pela empresa e os seus resultados na organização.

	Ações Utilizadas	Incentivos Para o Comparecimento	Resultado Obtido
Gestores	Desconto do dia não trabalhado - Desconto do Descanso Semanal Remunerado (DSR)	Não Adota	A situação se manteve inalterada
Colaboradores	Desconto do dia não trabalhado - Desconto do Descanso Semanal Remunerado (DSR)	Não sabe	Desconhece sobre o resultado

Quadro 4 – Medidas punitivas adotada pela empresa e seus resultados
Fonte: Autores, 2016

Conforme indica o quadro, a empresa adotou apenas duas ações para o controle do absenteísmo, confirmada pelos gestores e colaboradores. Estas se deram através de punições legais, permitidas pela legislação trabalhista vigente, que foram o não pagamento do dia faltoso e o desconto do Descanso Semanal Remunerado (DSR).

Constatou-se que não existe na organização um programa que incentive o comparecimento do colaborador no seu posto de trabalho. Quanto aos resultados, através das ações utilizadas como forma de prevenir o absenteísmo, para os gestores a situação se manteve inalterada, não sendo possível reduzir o índice. Já os trabalhadores, desconhecaram a existência de programas de incentivos e ignorou todo e qualquer resultado quanto às medidas de redução e prevenção das ausências.

Neste contexto foi evidenciado na empresa que apenas a aplicação de medidas corretivas com base na punição pecuniária imposta aos funcionários, não foram capazes de reduzir o absenteísmo e se mostraram ineficientes tanto por parte dos colaboradores, quanto para os gestores.

Desta forma, os resultados confirmam o que foi dito por Chiavenato (2009), sobre a relevância do conhecimento das reais causas do absenteísmo, para que sejam criadas medidas preventivas eficazes. As soluções segundo Souto (1980, apud NETO, 2006, p.27) que poderiam ter sido utilizadas segundo a literatura são: prêmios para aqueles que não faltam ao trabalho, incentivos e melhora nas condições das atividades.

CONCLUSÃO

Portanto, esse trabalho analisou o seguinte problema de pesquisa: Quais as causas do absenteísmo na percepção dos gestores e funcionários? O

presente estudo tem como objetivo geral, identificar as principais causas do absenteísmo na percepção dos gestores e colaboradores.

A análise sobre o absenteísmo comprovou que esse problema gerencial, reconhecido pelos gestores da organização e por parte dos colaboradores, ainda que interfira nas atividades diárias e nos resultados, não ocupou posição de destaque na organização. Entretanto, a pesquisa se mostrou útil, no que se refere a possibilidade de comprovarmos aquilo que foi dito pela teoria, a partir do levantamento dos dados.

Destacou-se neste estudo de caso que as ausências dos colaboradores se deram por vários fatores, como problemas particulares do funcionário, a exemplo de doenças e contratempos familiares, e também os decorrentes da organização, como o atraso no pagamento dos salários e o excesso de esforço físico no desempenho das atividades.

Frente a esses resultados estatísticos, seriam necessários não somente o desenvolvimento de programas punitivos, como o desconto pelo dia não trabalhado e o DSR, mas a adoção de um programa capaz de identificar as reais causas responsáveis pela ausência do funcionário no seu posto de trabalho, como a realização de *feedback* entre gestores e colaboradores e a substituição do controle manual de frequências pelo ponto eletrônico.

Conclui-se que o primeiro passo para a empresa controlar os seus índices de absenteísmo é identificar as causas geradoras destas ausências e logo após elaborar um diagnóstico que seja capaz de reduzir ou até mesmo combater esses problemas individualmente. Cada pequena redução nessas taxas, poderia trazer uma diminuição dos custos, aumento da produção, redução da sobrecarga de trabalho e uma melhoria na qualidade dos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

AGUIAR, Gizele de A. Souza; OLIVEIRA, Jannine Rodrigues de. Absenteísmo: suas principais causas e consequências em uma empresa do ramo de saúde. **Revista de Ciências Gerenciais**, Valinhos, V. XIII. p.95-113, 22 set. 2010.

ALLEN, S. G. How much does absenteeism cost? The Journal of Human Resources, v. 18, n. 3, p. 379-393, 1983.

BERNSTORFF, Vitor Hugo; ROSSO, Sadidal. Absenteísmo. In: ANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **O Absenteísmo ao Trabalho como Forma de Resistência Individual à Intensificação do Trabalho, à Insatisfação Profissional e ao Estresse Ocupacional**. Rio de Janeiro: Enanpad, 2008. p. 01 - 17.

BITENCOURT, Claudia Cristina... **Gestão contemporânea de pessoas**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. XVII, 443 p. ISBN 9788577806010.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Thomson, 2003 547p. ISBN 85-221-0317-8

CAGED. **Perfil do Município**. 2016. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 04 maio 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Elsevier, 2009. 506 p. ISBN 9788535233186

_____, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. Ed.: Campus, 2004.

CURY, Anay; CAOLI, Cristiane. **PIB do Brasil cai 3,8% em 2015 e tem pior resultado em 25 anos**. 2016. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>>. Acesso em: 04 maio 2016.

DESSLER, Gary. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 331p. ISBN 978858791827

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009. 148 p.

KELLER, E. AGUIAR, M.A.F. Análise crítica e teórica da evolução do conceito de clima organizacional. Revista Eletrônica Terra e Cultura: ano XX, n. 39, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital**. 6. ed. . São Paulo: Atlas, 2006. 491 p. ISBN 9788522445189

NETO, Alonso Dias marques. **ABSENTEÍSMO NAS EMPRESAS**. Curso de Administração, Recursos Humanos, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

NOGUEIRA, Helen Capanema. **ABSENTEÍSMO: uma análise de suas causas e consequências em uma empresa do ramo automobilístico**. Faculdade de Pará de Minas, Pará de Minas, 2012.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

OLIVEIRA, Gustavo Guimaraes Avelar; GRANZINOLLI, Leiza Maria; FERREIRA, Marcela Cristiane Vasconcelos. **Índice e características do absenteísmo dos Servidores públicos da universidade federal de viçosa**. 2007. Universidade Federal de Viçosa, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, Leandro Queiroz; SILVA, Eduardo Ramos Ferreira da. **Absenteísmo Docente em Instituição de Ensino Público**: absenteísmo. 2004.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 536 p. ISBN 8576050021

RIBEIRO, A. L. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004. 304 p. ISBN 8512321601.

SOUTO, D. F. **Absenteísmo, preocupações constantes das organizações**. Projeto n. 23/78 GRIDIS. 47 p. Rio de Janeiro, 1980.

SOUZA, Luís Fernando Quinteiro de. Absenteísmo no serviço público. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1243, 26 nov. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9204>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: Um estudo de caso na Faculdade de Guanambi

Eliene Moreira Silva, Naira Ribeiro da Silva¹
João Hélio Reale da Cruz², Vânia Montalvão³

RESUMO

A capacidade com que as organizações do setor educacional ampliam o processo de formação dos futuros profissionais e buscam um desenvolvimento com sustentabilidade está atrelado ao avanço tecnológico e científico de um país ou região. Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um importante papel ao ser fonte de conhecimento e exemplo para a sociedade. O presente artigo versa sobre as ações de gestão ambiental adotadas pelas IES. Para tanto, se realizou uma pesquisa exploratória e descritiva por meio de um estudo de caso na Faculdade Guanambi (FG), com abordagem qualitativa dos dados, com o objetivo de identificar como ocorre a interação da instituição com o meio ambiente quanto ao uso de recursos como a água, energia elétrica, coleta, tratamento e destinação final dos resíduos gerados e adequação da prática da gestão ambiental para promover uma sociedade mais ativa na preocupação com as questões ambientais. Os resultados apontam uma crescente preocupação da instituição em busca de um desenvolvimento sustentável. As IES por serem promotoras e disseminadoras de conhecimento, são responsáveis pela construção de um futuro ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior. Ações. Gestão Ambiental.

INTRODUÇÃO

Diante às transformações que vem ocorrendo com o avanço tecnológico e face ao desenvolvimento do conhecimento humano, fez-se indispensável a inclusão da Gestão Ambiental (GA) como prioridade na gestão das organizações o que reflete a preocupação de considerar o meio ambiente não

¹ Acadêmicas do 10º período do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – DEDC XII. E-mails: elieneliee@hotmail.com e nairacris21@hotmail.com.

² Orientador, Mestre em Direito, Professor da UNEB/Campus XII.

³ Administradora. Coorientadora. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – DEDC XII. Mestra em Tecnologia Ambiental pelas Faculdades Integradas de Aracruz (ES). Coordenadora do Projeto Planeta Sustentável – Linha de pesquisa: Gestão Ambiental. E-mail: vmontalvao@uneb.br.

só como provedor de recursos naturais, mas imprescindível para a continuação da vida no planeta.

O avanço tecnológico e científico em um país ou região está atrelado à capacidade com que as organizações do setor educacional ampliam e aprimoram o processo de formação dos futuros profissionais que buscam um desenvolvimento com sustentabilidade. A educação ambiental é considerada um dos pilares do desenvolvimento sustentável, pois promove a relação e interação da humanidade com o ambiente na busca do equilíbrio ecológico e qualidade de vida.

As IES cooperam para a conscientização das diferentes camadas e setores da sociedade, na preparação de estudantes, no provimento de informação e no processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Em decorrência disto, necessita-se desenvolver a consciência ecológica dos seus alunos para favorecer o uso e aplicação da GA e promover uma sociedade mais ativa na preocupação com as questões ambientais. A base da consciência ecológica implica em futuros tomadores de iniciativas, capazes de desenvolver práticas profissionais aliadas à implementação da GA em suas organizações.

“O consumo crescente de energia, água e a destinação adequada de resíduos sólidos tornam a implementação de um plano de gestão em IES uma demonstração clara de responsabilidade dessas organizações na construção de um futuro ambientalmente sustentável” (ARAUJO et al, 2015, p.50 *apud* FERES e ANTUNES, 2007). Para que isto aconteça, é necessário que tais organizações incorporem em sua gestão atitudes sustentáveis.

Para melhor compreensão da aplicabilidade de ações de GA em IES realizou-se um estudo de caso na FG com o objetivo de identificar e discutir ações ambientais da instituição, sendo esta escolhida devido à sua importância para a região do Sertão Produtivo baiano e pela extensão de cursos que oferece.

A importância e a necessidade de uma investigação para identificar as práticas de GA em IES são fomentadas pelo ambiente propício a reflexões,

debates e geração de novas ideias que possam contribuir para o equilíbrio entre produção e ambiente. Através da conscientização ambiental estas instituições poderão promover mudanças de comportamentos que irão impactar diretamente na formação de uma sociedade mais sustentável.

O desenvolvimento deste trabalho tem como objetivo estudar as ações de gestão ambiental adotadas pela FG, identificar de que forma ocorre a interação da instituição com o meio ambiente, verificar o uso de recursos como a água, energia elétrica, coleta, tratamento e destinação final dos diversos tipos de resíduos gerados, averiguar a existência de parcerias para o desenvolvimento de projetos socioambientais e contribuir para a conscientização da comunidade acadêmica e local quanto às questões ambientais.

Como tipologia metodológica para a pesquisa escolheu-se o estudo de caso por considerá-lo mais adequado aos objetivos do trabalho, bem como por permitir, em uma pesquisa exploratória e descritiva, o aprofundamento de questões referentes às ações relacionadas à GA em uma IES.

O artigo fundamenta-se principalmente nas discussões apresentadas por Barreto (2001); Tauchen e Brandli (2006); Nascimento (2008); Otero (2010); Jabbour e Jabbour (2013); e Tachizawa (2015).

As Organizações e a Gestão Ambiental

Em decorrência da gravidade ambiental, causada pelos efeitos da industrialização, no que se refere ao incremento populacional, à moderna indústria, o consumismo desenfreado, e o sistema capitalista, o debate sobre a questão ambiental tem aumentado nas últimas décadas.

A maneira como se dá o uso dos recursos naturais é fator determinante no processo de construção de um desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável implica ainda a manutenção, uso racional e valorização da base de recursos naturais que sustenta a recuperação dos ecossistemas e o crescimento econômico. Desenvolvimento sustentável implica por fim, a incorporação de critérios e considerações ambientais na definição de políticas e de planejamento de desenvolvimento e não representa uma nova forma de condicionalidade na ajuda ou no financiamento para o desenvolvimento (BARRETO, 2001, p. 15).

O uso dos recursos naturais depende da construção de um planejamento e reconhecimento de que estes são finitos. A adoção de medidas que envolvem a conservação se faz necessário para que eles continuem disponíveis futuramente, mas também para diminuir ou eliminar os impactos ambientais gerados pela exploração predatória.

As organizações são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e social de um país, assim como de seu avanço tecnológico. Estas possuem grande capacidade de geração de recursos, em um contexto onde o bem-estar comum depende cada vez mais de uma ação unificada de todos os setores da economia e que faz parte de um processo de desenvolvimento que tem por objetivo a preservação do meio ambiente.

As organizações de diversos segmentos estão incorporando em seus processos produtivos a filosofia ambiental pautada na sustentabilidade. A adoção de práticas de GA permite que as organizações planejem suas atividades, visando a eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas e medidas eficazes, que correlacione com o desenvolvimento de pessoas e processos.

A GA nas organizações pode ser conceituada como a adoção de práticas gerenciais de planejamento e organização, de gestão operacional e de comunicação que tem por objetivo melhorar a relação entre organização e o meio ambiente reduzindo os impactos ambientais, gerando benefícios que

pode ocorrer com diferentes tipos de intensidade, e melhorando o desempenho da organização (JABBOUR; JABBOUR, 2013)

A GA busca enfatizar a sustentabilidade, o compromisso ético de preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado, buscando reduzir o máximo possível dos impactos causados através das atividades econômicas. Procura desenvolver atitudes que visam à participação individual e coletiva na gestão do uso dos recursos ambientais naturais.

Para Tachizawa (2015, p.6) “as organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas, quando não, redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazos”. Portanto, as organizações devem reconhecer que a questão ambiental é essencial no desenvolvimento dos processos e interligar a política empresarial com as práticas ambientais, devendo se desvencilhar de um pensamento mecanicista para adotar o pensamento sistêmico, percebendo o mundo como um sistema vivo (TACHIZAWA, 2015).

A iniciativa de aplicar os princípios da GA em uma economia que se caracteriza pelo alto desperdício de recursos, acarreta um significativo diferencial competitivo. Reduzir os custos com a eliminação de desperdícios, desenvolver tecnologias limpas e baratas, reciclar insumos não são apenas princípios, mas requisitos de sobrevivência empresarial.

A GA quando implantada, pode gerar vários benefícios para as organizações. Quanto mais evoluída a GA de uma organização, mais intensos e mais diversificados poderão ser os benefícios alcançados. Em conformidade com Jabbour e Jabbour (2013, p.7) “geralmente, essas vantagens estão associadas a dois tipos de benefícios: benefícios internos e benefícios externos”. Os benefícios internos se referem às melhorias no desempenho operacional, inovação e desempenho de mercado. E quanto aos benefícios externos são contribuições que se ampliam a sociedade de forma mais extensa, como a influência sobre as regulamentações ambientais e geração de

tecnologias ambientais que possuem efeitos diretos sobre a qualidade do meio ambiente.

Ainda na visão de Jabbour e Jabbour (2013, p.06) “quanto mais ambientalmente conscientizada for a sociedade, mais das organizações serão exigidos em termos de desempenho ambiental, reforçando a relevância da gestão ambiental organizacional”. Refletindo na sua produtividade, qualidade e consequentemente melhores resultados econômico-financeiros.

As organizações no novo contexto necessitam partilhar do entendimento de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre o desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o momento presente como para as gerações futuras (TACHIZAW A, 2015, p.7). Mesmo que a GA encontre desafios quando se trata da carência de recursos que algumas organizações podem enfrentar, esta representa uma importante ferramenta de gestão.

Sistemas de Gestão Ambiental e as Instituições de Ensino Superior

A incorporação da variável ambiental é o novo passo das organizações para a implantação de uma gestão integrada capaz de reformular as formas de pensamento e ação em todas as práticas organizacionais. A tendência atual é que as organizações façam do seu desempenho ambiental um fator diferencial no mercado, motivadas pela ideia de resolver os problemas ecológicos e ambientais, melhoria da imagem das organizações, a observância das leis e a preocupação com o bem-estar das gerações vindouras.

De acordo Jabbour e Jabbour (2013) um instrumento de GA responsável por agrupar as práticas adotadas pelas organizações e influenciar positivamente o desempenho ambiental é o Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O SGA visa o alcance do nível de desempenho determinado pela organização e promove uma melhoria contínua em termos de benefício de

recursos ambientais e aos negócios da mesma. Versa no planejamento das atividades com o objetivo de eliminar ou minimizar os impactos ambientais através de ações preventivas.

Nascimento (2008) define o SGA como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. A implantação de um SGA por uma organização implica e exige um forte comprometimento de sua direção e colaboradores com o meio ambiente desempenhando um papel fundamental, na redução de custos, e conduzindo a um segmento de mercado especialmente rentável.

Em nível mundial foram padronizados os procedimentos que determinam as diretrizes e os requisitos para implantação dos SGA através da ferramenta ISO 14001. “A *International Organization for Standardization* (ISO) é um órgão cujo objetivo é elaborar e aprovar normas técnicas internacionais. A ISO foi criada em 1947, tem como sede a cidade de Genebra, na Suíça, e congrega mais de 150 países membros” (BERTÉ, 2009, p.177). É, portanto, uma organização não governamental que forma uma ponte entre o setor público e o privado, e promove um consenso a ser alcançado em soluções que atendam as necessidades de negócio e as necessidades mais amplas da sociedade (JABBOUR; JABBOUR, 2013 *apud* ISO, 2012).

A ISO 14001: 2015 especifica requisitos para um sistema de gestão ambiental que pode ser usado por uma organização para melhorar o seu desempenho ambiental. Esta Norma é destinado ao uso por organizações que desejam gerir as suas responsabilidades ambientais de uma forma sistemática, que contribui para o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável (ISO, 2015).

Conforme a Norma NBR Série ISO 14001, o SGA é definido como: “a parte do sistema de gestão global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos,

processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”.

“O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) não se fundamenta exclusivamente nos riscos ou no cumprimento da legislação ambiental; incorpora as oportunidades de redução de custos, de aproveitamento de matéria-prima, eliminação de perdas nos processos, reciclagem, utilização de combustíveis alternativos, mudanças tecnológicas, entre outras” (BARRETO, L., 2007, p.34).

É importante esclarecer que a implantação do SGA pode ser aplicada em organizações empresariais ou instituições de ensino sem necessariamente ser certificada pela ISO 14001, pois ele tanto pode seguir todos os requisitos da norma como ser desenvolvido utilizando-a como um norteador no gerenciamento ambiental (OLIVEIRA, 2012).

Sabe-se que toda atividade humana gera resíduos, e no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) não é diferente das demais organizações, pois suas atividades podem desencadear a geração de resíduos sólidos de grande diversidade e potencial poluidor.

O papel da educação superior nas discussões sobre sustentabilidade vai além da relação ensino-aprendizagem vista em salas de aula (LARA, 2012 *apud* ARAUJO, 2004). A preservação ambiental deve permear o ensino, pesquisa e extensão, através da construção de uma nova consciência preocupada com a intervenção humana no meio ambiente e as conseqüentes problemáticas decorrentes desta.

No Brasil observou-se a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável, ou ecopedagogia com a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no ano de 1992 no Rio de Janeiro (Rio 92). A pedagogia do desenvolvimento sustentável ou eco pedagogia engloba mais do que a educação ambiental, indo além, mostrando interesse pela harmonia entre o homem e o ambiente, incorporando e oferecendo estratégias, propostas e meios para a realização

concreta do desenvolvimento sustentável que mantém equilíbrio com o meio ambiente na utilização de seus recursos (LARA, 2012 *apud* BENFICA, 2007).

Consoante Tauchen e Brandli (2006) existem duas correntes que abordam o papel das IES. A primeira corrente destaca que a prática ambiental nessas instituições pode contribuir na qualificação de seus egressos, futuros tomadores de decisões, de modo que inclua em suas práticas profissionais a preocupação com a questão ambiental. Já a segunda corrente enfatiza que a implementação de um SGA nessas instituições pode vir a servir de exemplo para a sociedade.

A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental em uma instituição de ensino superior se justifica pelo fato de que as faculdades e universidades abrangem diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades que em sua operação utiliza cantinas, bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, etc. Além disto, um campus utiliza de infraestrutura básica, redes de saneamento, coleta de águas pluviais, redes de abastecimento de água e energia (OTERO, 2010).

Ainda na visão de Otero:

O funcionamento de um campus universitário demanda infraestrutura de saneamento básico e serviços de alimentação, transporte, manutenção de áreas urbanas (varrição, poda, jardinagem, pavimentação, entre outros), consumo de materiais, energia elétrica, água e intensa circulação de pessoas e automóveis de portes diversos. Por meio de seus edifícios e serviços, uma IES pode influenciar direta e indiretamente quem a frequenta ao priorizar fontes alternativas de energia, tecnologias eco eficientes, preservar remanescentes florestais nativos, comprar de fornecedores com comprovada atuação socioambiental, administrar seus resíduos sólidos, entre outros tantos possíveis exemplos de atuação. (OTERO, 2010 p.14)

Em virtude disto, as instituições devem desenvolver ações ecologicamente corretas, tais como: Coleta seletiva de materiais recicláveis, uso racional de recursos como a água, uso de fontes de energias limpas e renováveis, manutenção e preservação do ecossistema.

Tauchen e Brandli (2006) *apud* Oliveira (2012) complementam que existem razões significativas para implantar um SGA numa instituição de ensino superior, estas instituições podem ser comparadas com pequenos núcleos urbanos, compostos por diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação por meio de bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, entre outras. Eles mostram que, uma instituição de ensino precisa de infraestrutura básica, redes de saneamento e coleta de águas pluviais, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento, coleta adequada do lixo e vias de acesso.

Desta forma, as IES assumem um papel de adotar o pensamento sistêmico e de desenvolver o aprendizado e a promoção da cidadania através do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida com a formação de cidadãos capazes de transformar e identificar as necessidades sociais presentes sem comprometer o futuro. Com reflexos na contribuição a comunidade, promovendo a assistência voltada ao desenvolvimento social e educacional.

Os sistemas visando melhorias ambientais, mecanismos como os das normas de gestão ambiental da Série ISO 14000 proporcionam às organizações, incluindo as instituições educacionais, uma forma de medirem de forma semelhante os seus progressos na via de uma atuação mais sustentável. (ENGELMAN; GUISSO; FRACASSO, 2009, p.4)

A partir do momento que as IES implantarem um SGA deve considerar as atividades de todos os departamentos, disciplinas e estruturas de gestão, abrangendo em seus processos os *stakeholders* envolvidos direta ou indiretamente. Na parte gerencial e administrativa da instituição deve ser feito um planejamento global e local da identidade ambiental.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa deste trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, reconhecida na formulação de problemas, construção de hipóteses e ilustração na análise e interpretação dos dados.

Para atingir os objetivos do artigo, foi feita uma pesquisa exploratória e descritiva. Gil (1999) afirma que a pesquisa exploratória tem como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato e constituindo-se, muitas vezes, a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

A pesquisa exploratória pode ser considerada como o passo inicial no processo de pesquisa e experiência trazendo a formulação das hipóteses significativas para as posteriores pesquisas com objetivos de formular novas percepções e descobrir novas pesquisas. Ao mesmo que ela traz uma descrição precisa da situação, sendo um tipo de pesquisa que exige um planejamento flexível que venha a possibilitar considerações de diversos aspectos de um problema ou situação (CERVO et al, 2007). Essa pesquisa possibilita a busca de maiores informações sobre determinado assunto em estudo.

Em relação à pesquisa descritiva, Gil (1999) entende que essa pesquisa descreve características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis. A pesquisa descritiva “desenvolve-se, principalmente nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos” (CERVO et al, 2007, p. 62).

Quanto ao instrumento e procedimentos técnicos a pesquisa fez uso do estudo de caso, um delineamento cada vez mais frequente no campo das ciências sociais. O estudo de caso envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados. Possui vantagens como: possibilitar o estudo de um caso em profundidade, enfatizar o contexto em que ocorrem os fenômenos, garantir a unidade do caso; ser flexível, estimular o

desenvolvimento de novas pesquisas; e permitir a investigação do caso pelo lado de dentro.

Para a realização dessa pesquisa investigou-se o Centro de Educação Superior de Guanambi, conhecido como Faculdade Guanambi (FG). Uma IES da rede privada, que se localiza na cidade de Guanambi, município brasileiro do estado da Bahia, distante 796 quilômetros da capital do estado, com uma população estimada em 85.797 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015.

Credenciada como Instituição de Ensino Superior, através da Portaria Nº 3.081, de 07 de novembro de 2002, e regimento aprovado através da Portaria Nº 2.168, de 17 de junho de 2004, a FG ocupa uma área total de 30.000 m² que compreende uma edificação de 12.000 m², com moderna estrutura, biblioteca com grande acervo de livros e com um quadro de aproximadamente 4.000 alunos distribuídos entre os cursos de graduação tradicional, bacharelado e graduação tecnológica, sendo: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Engenharia Elétrica, Gestão da Tecnologia da Informação, Jornalismo, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia e cursos de pós- graduação.

Os critérios de inclusão da pesquisa se deram pela importância da instituição para a região do Sertão Produtivo baiano, pela abrangência de cursos e espaço, e para fomentar os dados e permitir a construção de conhecimentos quanto às ações de GA desenvolvidas.

Essa Instituição foi visitada, no período de abril/2016 a maio/2016, onde se buscou conhecer as atividades de rotina e ações em prol do ambiente, bem como o desenvolvimento de projetos para a conscientização da comunidade acadêmica e população local.

As técnicas de pesquisa para a coleta dos dados na obtenção de informações a respeito do objeto pesquisado realizou-se mediante observação, entrevista por pauta e investigação documental, para se alcançar os objetivos

propostos, observando características como objetividade, clareza e relevância das informações coletadas.

A observação é o uso dos sentidos para adquirir os conhecimentos necessários para viver o dia-a-dia. Mas, representa uma das mais importantes estratégias para obtenção de dados na investigação científica. Constitui procedimento essencial na maioria dos estudos de caso, pois o pesquisador entra em contato direto com o fenômeno estudado (GIL, 2009).

Gil (2009, p.64) afirma que “As entrevistas por pautas orientam-se por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”. Assim, o entrevistado pode falar livremente sobre as pautas assinaladas pelo entrevistador. Sendo escolhida essa modalidade de entrevista, devido ser reconhecida por muitos pesquisadores como a mais adequada para o delineamento do estudo de caso.

“A consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso” (GIL, 2009, p.76). Mediante a investigação documental as informações obtidas complementam outros procedimentos de coleta de dados.

Com o intuito de identificar e discutir as ações de GA na FG esse estudo se mostra relevante, pois as IES contribuem com a temática gestão do meio ambiente através de suas diversas atividades. Para alcançar o objetivo almejado essa pesquisa buscou as características específicas e gerais da instituição investigada construindo correlações entre as informações encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou investigar as ações implementadas pela FG com relação às ações de coleta seletiva, de destinação dos resíduos dos serviços de saúde e ações pedagógicas no sentido de conscientização do corpo

acadêmico por meio de atividades de pesquisa, extensão, palestras, debates, aprendizagens em salas de aula, entre outras atividades.

A coleta seletiva da instituição é realizada por meio dos coletores disponibilizados em pontos estratégicos para fazer a segregação dos materiais: Papel, Plástico, Orgânico, Vidro e Metal. A empresa de reciclagem Recivida possui parceria com a FG e faz o recolhimento deste material, o lixo comum fica por conta da prefeitura municipal.

As vantagens ambientais com a implementação da coleta seletiva são a redução do uso de matéria-prima, a economia de energia, a economia dos recursos naturais renováveis e não renováveis, a diminuição do uso de matérias-primas virgens e da valorização das matérias-primas secundárias, redução da quantidade de lixo que são destinados aos aterros sanitários e dos impactos ambientais decorrentes destes (RIBEIRO, 2006, apud WAITE, 1995).

A separação dos resíduos recicláveis cumpre um papel crucial na gestão de resíduos sólidos, pois promove a educação e conscientização ambiental voltada para a redução do consumo e do desperdício, além de gerar trabalho e renda.



Figura 01- Lixeiras Ecológicas. Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC Nº 306 - ANVISA, na Resolução Conama 358/2005, que versa sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e da Lei Municipal 034/2001, que dispõe sobre o Plano de Destino Para Resíduos Sólidos no município de Guanambi, a FG consta de um Plano de Gerenciamento de

Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) com o objetivo de minimizar a produção de resíduos gerados no âmbito dos laboratórios e de viabilizar um destino adequado para estes.

Após o término das aulas os resíduos gerados são transportados para um local de armazenamento temporário a fim de aguardar o momento da coleta. São gerados cinco tipos de resíduos conforme ilustrado na Figura 02: infectante ou biológico, químico, comum (lixo doméstico), e materiais perfurocortantes, que são acondicionados em coletores específicos. Depois do recolhimento dos resíduos é realizada a limpeza e desinfecção dos ambientes de coleta.

Grupo	Tipo	Descrição dos resíduos gerados	Quantidade	Forma de acondicionamento	Frequência da coleta	Empresa de coleta e local de destinação final
A	Infectante ou Biológico 	Ratos, sangue, urina, gases, secreções	100 Kg/mês	Saco Branco Leitoso	Mensal	RETEC
B	Químico 	Soluções orgânicas e inorgânicas diluídas e neutralizadas	4L/mês	Embalagem resistente a ruptura	Semestral	RETEC
C	Radioativo 	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
D	Comum (lixo doméstico) 	Papel, resíduo de forficação, resíduo administrativo	100 Kg	Saco plástico Preto	Diário	Prefeitura
E	Materiais Perfurocortante 	Scalp, ampola, agulha, resíduo quebrado	5 Kg	Caixa resistente à punctura, ruptura e vazamento	Semestral	RETEC

Figura 02 - Identificação e destino dos resíduos. Fonte: Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, 2015.

Para o descarte dos materiais da área de saúde a FG utiliza dos serviços da empresa terceirizada RETEC Tecnologia em Resíduos, especializada em Engenharia Ambiental que faz o gerenciamento de resíduos de saúde e industrial.

Segundo a Coordenadora Kamila do Núcleo de Pesquisa e Extensão da FG a “RETEC envia bombas à FG para acumular o lixo, estas bombas ficam fechadas de forma que não tenham contato com o ambiente nem com pessoas” (Informação verbal). Anualmente, é feita a retirada dos materiais

recolhidos e destinados à cidade de Salvador (BA) para serem incinerados. Esta ação da instituição em destinar corretamente o lixo é uma ação estratégica que implica em questões de melhoria organizacional e social visto que a sociedade passa a considerá-la uma instituição ambientalmente correta, como coloca Jabbour e Jabbour (2013, p.13) “uma organização com histórico de gestão ambiental proativa, que zela pela redução contínua dos impactos ambientais que gera, tende a ter uma reputação ambientalmente favorável perante seus interessados”.



Figura 03 – Galões para descarte de resíduos. Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

Ações ambientais também são desenvolvidas pela FG por meio de Projetos de Pesquisa e Extensão coordenados pelos Docentes. Um exemplo é o projeto “Uso racional e descarte correto de medicamentos” desenvolvido por alunos do Curso de Farmácia com a participação de professores e pesquisadores. As atividades do projeto são realizadas nos bairros da cidade de Guanambi (BA), onde se realiza o recolhimento de medicamentos vencidos e promove ações de conscientização social por meio de jogos interativos que demonstram a importância do descarte adequado para os remédios. Os medicamentos recolhidos são levados até a instituição para armazenamento até o encaminhamento à RETEC, onde serão incinerados. Os resultados do projeto ainda não foram divulgados, pois o mesmo está em desenvolvimento.

Outra ação desenvolvida em prol do meio ambiente foi a Semana da Sustentabilidade Social realizada entre os dias 24 a 28 de novembro de 2015 onde foram arrecadados materiais recicláveis para a confecção de vassouras de garrafas pets. Os resultados do projeto evidenciam que foram confeccionadas 53 vassouras utilizando garrafas pet, um total de 13 garrafas pet necessárias para a produção de uma vassoura. Foram arrecadadas 1100 garrafas, destas 689 utilizadas no projeto e 411 foram doadas para mulheres da comunidade, ensinadas a produzir as vassouras com o objetivo de promover a preservação, conservação, melhoria e preservação da qualidade ambiental, utilizando os recursos naturais de forma mais inteligente. Os projetos voltados para parcerias entre as IES e a comunidade local são de fundamental importância para a conscientização ambiental, promovendo a manutenção da qualidade ambiental e resultados rentáveis.

Observou-se que a FG possui um selo de Instituição Socialmente Responsável conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), uma campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular e devido a isso são realizadas ações sociais e desenvolvimento de programas para a redução do lixo, uso correto e consciente da água, de energia e do papel.

Verificou-se que ações com relação à gestão da água, energia e de aproveitamento do papel são realizadas pela instituição por meio de campanhas com a iniciativa de educar e conscientizar os colaboradores, alunos, professores e a comunidade local. Durante a campanha alunos da instituição realizaram a distribuição de panfletos para a comunidade, além de adesivos dispostos em salas, banheiros e áreas da faculdade.

Concomitantemente à campanha, medidas visando à redução no consumo de água foram adotadas em termos de: utilização de torneiras temporizadas em banheiros, tecnologia que promove a economia de água em até 70% através de um dispositivo que aciona e interrompe o fluxo da água; e reservatórios para captação de água da chuva. Com a escassez de água

potável cada vez mais presente, é essencial a busca de medidas de gestão de abastecimento de água para efetivar o consumo consciente através de práticas de reutilização da água, como o uso da água da chuva para descargas sanitárias e áreas verdes como jardim.

Com relação à gestão energética, a FG utiliza de uma tecnologia que libera energia em todas as salas da instituição por meio de um cartão colocado em local indicado por funcionários da infraestrutura. Tal tecnologia permite que quando salas estiverem vazias, o ar condicionado e outros aparelhos eletrônicos não fiquem ligados desnecessariamente.

As quantidades de materiais consumidos diariamente pela faculdade impactam diretamente o meio ambiente, entretanto, ações que direcionem o consumo controlado dos recursos são disseminadas pela instituição para conscientização da comunidade acadêmica. Outra ação pertinente promovida pela instituição foi à distribuição de *squeezes* com a logomarca da FG, com o intuito de diminuir o uso de copos descartáveis.

São necessárias iniciativas por parte da administração da IES para que as práticas sustentáveis sejam incorporadas por todos. Muitas instituições apresentam medidas de caráter obrigatório, praticadas apenas pela necessidade do cumprimento de uma legislação em vigor, restringindo-se as áreas da saúde ou daquelas podem causar impacto potencial, como afirma Jabbour e Jabbour (2013, p.94) “o principal desafio para as organizações que buscam ser mais sustentáveis é identificar uma forma adequada de gestão das dimensões ambiental e social, integrando-as aos benefícios econômico-financeiros”, pois todas as áreas necessitam de alguma atenção ambiental.

Outro ponto a ser discutido está relacionado ao fato de que o campus escolhido possui um grande acervo bibliográfico e trabalhos de conclusão de cursos que favorecem a disseminação de conhecimentos que podem ser colocados em prática a qualquer momento, catalisando os benefícios sociais, tanto locais como regional. Além, de inclusão de disciplinas de Gestão Ambiental, Contabilidade Ambiental, Saúde Ambiental, e Responsabilidade

Social e Ambiental abrangentes nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia civil, Fisioterapia e Nutrição respectivamente. Por meio das disciplinas é possível proporcionar o envolvimento e comunicação entre professores, alunos e comunidade.

Em conjunto com o levantamento das ações adotadas na FG, indicam-se sugestões para melhorias da sustentabilidade da instituição:

Sugere-se a implantação de um SGA, pois a sistematização dos procedimentos proporciona diversos benefícios à instituição, destacando-se as economias pelo melhoramento da produtividade e da redução no consumo de energia, água e materiais de expediente; o estabelecimento das conformidades com a legislação ambiental; reduzindo, assim, os riscos de incorrer em penalidades ou gerar passivos ambientais; a evidência de práticas responsáveis e melhoria na imagem externa da instituição; e a geração de oportunidades de pesquisa (TAUCHEN e BRANDLI, 2006). Quando se adota um SGA a organização passa a trabalhar diretamente com a sustentabilidade. Todavia, percebeu-se nas entrevistas que a implantação deste trata-se de um procedimento até então não cogitado pela instituição em foco.

Mesmo desenvolvendo ações ambientais, durante a pesquisa de campo, notou-se a inexistência de um setor específico voltado para o meio ambiente, para coordenar de forma autônoma as atividades nessa área, bem como a definição de uma Política Ambiental. Otero (2010) aponta que são necessárias duas iniciativas por parte da administração de uma IES para que sejam incorporadas de maneira efetiva, práticas sustentáveis ao seu funcionamento: a elaboração e formalização de uma política ambiental, que constitua a missão institucional para se chegar à sustentabilidade; e o desenvolvimento de um comitê ou comissão permanente que atenda às demandas relacionadas às questões ambientais. Diante disto, recomenda-se a definição de uma Política Ambiental para nortear o processo de coordenação das atividades ambientais futuras.

CONCLUSÃO

Após o levantamento de dados e análise dos resultados obtidos ficou claro que há uma crescente preocupação da FG em agregar valor ambiental em suas atividades. As ações de GA verificadas na instituição revelaram que mesmo na ausência de uma política ambiental e de um setor específico para elaborar iniciativas nessa temática, a questão ambiental é inserida na prática, no que se refere ao gerenciamento dos resíduos gerados, consumo consciente da água, redução no consumo de energia elétrica, práticas de ensino e extensão. Todavia, as ações ambientais aplicadas se restringem a procedimentos mais comuns, habituais. Desde as alternativas simples, como as sugeridas no presente trabalho, até as mais complexas, quando adotadas, podem trazer um retorno positivo para a instituição.

Conclui-se que as ações de GA trazem benefícios para o meio ambiente, pela redução ou eliminação de poluentes, bem como para a própria instituição na economia de custos ou benefícios estratégicos. Nesse sentido, a adoção de um SGA pode ser visto como uma concretização dessas iniciativas, pois pode seguir todos os requisitos da norma 14001 ou utilizá-la apenas como um norteador no gerenciamento ambiental, mas sem ser necessariamente certificado.

Com vistas a melhorar a eficiência da instituição estudada na gestão dos recursos ambientais, sugere-se a adoção do SGA, uma vez que este permite um envolvimento de todas as instâncias da instituição com a redução dos impactos negativos ao meio ambiente e também na diminuição do passivo ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Paulo Marques de; SÁ, Daniel; NAYARA, Polyana. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: economia de água, energia e sustentabilidade ambiental.** Amazônia em Foco, Castanhal, v. 4, n.6, p. 49-63, jan./jul., 2015. Disponível em:

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

<<http://revistafcat.fcat.dominiotemporario.com/index.php/path/article/view/164>>
acesso em: 06 maio 2016.

BARRETO, Maria Laura. **Ensaio sobre a Sustentabilidade da Mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.

BARRETO, Lis Matilde Paes Araújo. **A Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental em Indústria Petroquímica no Polo Industrial de Camaçari (BA)**. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia, 2007. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12671/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Lis%20Ara%C3%BAjo%20Barreto%202007.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil**. Curitiba: Ibpx, 2009.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Macondes; FRACASSO, Edi Madalena. **Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: o que tem sido feito**. RSGA – Revista de Gestão Social e Ambiental, v.3, nº. 1, p.22-33 Jan.-Abr., 2009. Disponível em:

<<http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/115/56>>. Acesso em: 25 maio 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 14001:2015 Sistemas de Gestão Ambiental: Requisitos com orientações para uso**. Disponível em:
<http://www.iso.org/iso/fr/home/store/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=60857>. Acesso em: 06 maio 2016.

JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LARA, Pedro Túlio De. **Sustentabilidade em instituições de ensino superior**. REMOA - Revista Monografias Ambientais, v(7), nº 7, p. 1646 – 1656, MAR-JUN, 2012. Disponível em:
<<http://periodicos.ufsm.br/remoa/article/download/5341/3308>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e a Sustentabilidade**. Sistema Universidade Aberta do Brasil: 2008.

OLIVEIRA, Talita Maria. **O Sistema de Gestão Ambiental como instrumento educacional em instituições de ensino**. 2012. 50p. Monografia MBA em Gestão Ambiental e Práticas em Sustentabilidade. Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://maua.br/files/monografias/completo-sistema-gestao-ambiental-como-instrumento-educacional-instituicoes-ensino.pdf-280748.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

OTERO, Gabriela Gomes Prol. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior** 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado) . Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/producao/2010/Teses/OTERO_2010.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

RIBEIRO, Helena; BESEN, Gina Rizpah. **Panorama da coleta seletiva no Brasil**: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Artigo 1, ago 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/138/166>>. Acesso em: 13 maio 2016.

TACHIZAWA, Takeshi. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. **A Gestão Ambiental em instituições de ensino superior**: Modelo para implantação em campus universitário. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11>>. Acesso em: 14 maio 2016.

FINANCIAMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO: POSSIBILIDADES PARA UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO.

Gilson de Jesus Souza¹ Michele Mota Souza² Rosana Caldas de Jesus³

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir algumas das principais estratégias de financiamento científico e tecnológico, abordando as atribuições e características dos Bancos de Desenvolvimento no Brasil reforçando a necessidade, bem como, as dificuldades de investimento a longo prazo no País, apontando para a importância das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação através de estímulos a pesquisa e valorização da área educacional. Destaca-se o papel das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financia projetos de desenvolvimento econômico a nível nacional. Parte considerável dos avanços empreendidos pela economia brasileira a partir da década de 2000 se deve absolutamente aos investimentos oriundos desse banco. Constata-se que o efetivo desenvolvimento econômico está atrelado ao desenvolvimento social. Além da urgência de estabilidade no que diz respeito à economia, da necessidade de interação entre setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa a fim de melhorar os índices de tecnologia, produção e consumo, é também urgente o estabelecimento de índices mais favoráveis nas dimensões sociais e ambientais, prezando pela redução das desigualdades favorecendo a todos, com o acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade.

Palavras chave: Bancos de Desenvolvimento; Ciência; Políticas Públicas.

Introdução

Na realidade contemporânea a velocidade na produção do conhecimento, a criação de novas tecnologias, a disseminação de informações e o acirramento das exigências mercadológicas, esboçam-se enquanto características cada vez mais complexas. O período pós Segunda Grande Guerra foi decisivo para o Brasil, ao passo em que marcou a transição da produção tipicamente agrícola para a diversificação da produção através dos

¹ Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Pós graduando em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional - FAPESB/UFRB.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Pós graduanda em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela- FAPESB/UFRB.

³ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Pós graduanda em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela- FAPESB/ UFRB.

maciços investimentos oriundos tanto de entes públicos como privados objetivando a industrialização dos segmentos produtivos da nação. Nas décadas que sucederam os anos 40, observa-se que a economia brasileira passou por várias oscilações no que tange ao seu crescimento e desenvolvimento econômico, tendo períodos de significativos crescimentos, bem como declínios acentuados, ambos, reflexos das políticas econômicas adotadas e suas relações com os capitais externos.

Neste sentido, é importante destacar o papel das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento nacional, a exemplo dos Bancos de Desenvolvimento. A exemplo podemos indicar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financia projetos de desenvolvimento econômico a nível nacional. Parte considerável dos avanços empreendidos pela economia brasileira a partir da década de 2000 se deve absolutamente aos investimentos oriundos desse banco. Dialogando com Amitrano (2010) “seus desembolsos cresceram mais de 60% em termos reais entre 2007 e 2008, e mais de 130% quando se analisam os dados até 2009”.

Compreende-se que o efetivo desenvolvimento econômico está atrelado ao desenvolvimento social. Além da urgência de estabilidade no que diz respeito à economia, da necessidade de interação entre setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa a fim de melhorar os índices de tecnologia, produção e consumo, é também urgente o estabelecimento de índices mais favoráveis nas dimensões sociais e ambientais, prezando pela redução das desigualdades favorecendo a todos, com o acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade nacional.

Frente a isto e visando problematizar algumas das principais estratégias de financiamento científico e tecnológico, o presente texto aborda as atribuições e características dos Bancos de desenvolvimento no Brasil reforçando a necessidade, bem como, as dificuldades de investimento a longo prazo no País, apontando para a importância das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação através de estímulos a pesquisa e valorização da área educacional.

O investimento à ciência no caso brasileiro

(...) as nações mais bem-sucedidas são as que investem, de forma sistemática, em Ciência e Tecnologia e são capazes de transformar os frutos desses esforços em inovações. Um dos resultados mais evidentes desses investimentos é a capacidade que essas nações têm de propiciar alta qualidade de vida, empregos bem remunerados, segurança pública e seguridade social a seus cidadãos. (BRASIL, 2002, p.23)

É possível afirmar que o Brasil ainda não se inscreve como uma das nações indicadas na citação acima. Falamos de um país com riquezas naturais singulares, forte potencial econômico/produtivo e vítima de mazelas abissais tributárias de um processo histórico excludente e assistencialista e de uma contemporaneidade intimamente atrelada aos reflexos de tal passado. Frente a isto convive-se com uma forma de desenvolvimento pautada em uma ideologia compatível de certo modo, com a de muitos Países bem sucedidos, no entanto, com práticas gerenciais seja no segmento público ou privado, majoritariamente limitadas. No primeiro verificamos entraves significativos relacionados a burocracia e a corrupção. No segundo é possível apontar para um acentuado descompasso entre a produção de conhecimento científico e assimilação pelas empresas, fazendo-nos enxergar, ainda que sem generalizações, um perfil empresarial desarticulado em relação as inovações tecnológicas, indisposto a riscos e ao que parece, desatento ao escopo de desenvolvimento proposto pela nova estratégia de CT&I.

Mas afinal, o que significa investir sistematicamente em ciência, tecnologia e inovação? Por que apesar das leis de regulamentação de políticas públicas não verificamos mudanças expressivas no perfil de desenvolvimento do País? Tais questões aparentemente óbvias, poderiam ser respondidas de diversas formas, aqui adotaremos a perspectiva educacional.

A educação sempre foi vista como “mola” de impulso para o desenvolvimento. Tema de fortes bandeiras políticas e sustentáculos dos mais variados discursos. O caso brasileiro pensado a partir do século XX, registra esforços direcionados a garantia de direitos sociais tornando a educação elemento de direito para todos os indivíduos, sendo amparada posteriormente

na constituição de 1988 com o fim da ditadura militar. Legitimada enquanto direito constitucional, torna-se dever do Estado a regulação dessa categoria. Tal regulação é materializada de variadas formas pois circunscreve-se em mecanismos de controle pensados a partir de um modelo projetado de País.

Em tempos de globalização, a velocidade na produção do conhecimento a criação de novas tecnologias, a disseminação de informações, o acirramento das exigências mercadológicas, dentre outros aspectos, esboçam-se enquanto características cada vez mais complexas. Dialogando com CHAUÍ (2003) “Fala-se numa explosão do conhecimento, quantitativa e qualitativa, tanto no interior das disciplinas clássicas como com a criação de disciplinas novas e novas áreas de conhecimento.” (p.5) Esta mesma autora aponta que “o conhecimento levou 1.750 anos para duplicar-se pela primeira vez, no início da era cristã; depois, passou a duplicar-se a cada 150 anos, depois a cada 50 anos” (p.6) estimando, que a partir do ano 2000 haveria uma duplicação a cada quatro anos na quantidade de informação disponível no mundo.

Não podemos perder de vista que o acesso a informação, bem como, aos produtos derivados do conhecimento produzido nas Instituições de ensino e pesquisa não chegam de modo linear para todas as pessoas e nem sempre são convertidos em benefícios para a coletividade justamente por dificuldades relativas aos baixos investimentos em pesquisa e inovação.

É fundamental que as políticas públicas se estabeleçam cada vez mais a favor da emancipação dos sujeitos e em particular a política educacional. Dialogando com MÉSZÁROS (2008) é somente através de uma educação crítica e libertária que poderemos lançar vistas a uma realidade efetivamente desenvolvida. Neste sentido, podemos compreender que investir em educação de modo qualitativo é instrumentalizar os sujeitos tornando-os protagonistas e capazes de competir no cenário social. Sobre isso GONH (2000) argumenta que na realidade contemporânea, em particular, a partir da década de 90 a educação adquiriu importância

(...) porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. A educação ganha também centralidade nos discursos e políticas sociais porque eles enfatizam

que competirá à ela ser um instrumento de democratização, num mercado de escolhas e oportunidades. (p.8)

Devemos considerar que o investimento em recursos humanos vem adquirindo boas proporções. Dados estatísticos apontam que o País só em 2001 formou quase 20 mil mestres e mais de 6 mil doutores. Contingente “(...)superior ao dos principais países latino-americanos – semelhante aos registrados na Espanha e na Coréia. China e Índia, cujas populações são superiores a um bilhão de pessoas, titulam anualmente cerca de 10 mil doutores.”(BRASIL,2002,p.37).Entretanto, este mercado de escolhas e oportunidades apontado na citação acima não se mostra favorável. A exemplo, é notório o índice de desemprego aos portadores de diploma de pós-graduação, fato que relaciona-se em particular, a um sistema político, econômico e social desarmônico e pouco disposto a promover mudanças estruturais, que se manifestariam de modo maior se houvesse o envolvimento contínuo e estratégico com os propósitos de transformação social.

Ressalta-se que Brasil conta com ações voltadas a pesquisa e desenvolvimento a nível de referência, como exemplo podemos citar a Embrapa liderando em inventos na área do agronegócio e a Fiocruz pioneira em diversos estudos na área da saúde. Contudo, problemas relacionados as barreiras institucionais, tais como, a morosidade na liberação de patentes, limitam o registro de tecnologias nacionais. Cabendo frisar, dialogando com FONSECA (2010) que “a adoção de literatura importada (...) para promover a competitividade e o desenvolvimento social, gera um ambiente pouco propício para a concepção de marcos analítico-conceituais originais que contribuam para a elaboração da política de Ciência e Tecnologia.” (p.76) Neste sentido, o investimento em CT&I para o Brasil poderá em longo prazo legar ao País níveis mínimos de autonomia, para tanto se faz necessário uma mudança no espoco educacional com vistas a uma formação plena, engajada com a realidade contemporânea, carente de mudanças estruturais.

O lugar dos bancos de desenvolvimento frente aos desafios para o desenvolvimento econômico e social

Segundo André Biancarelli (2013) há formulações teóricas e proposições de política, bem como, experiências históricas relevantes em que a defesa do interesse nacional. A intervenção estatal e a busca por uma estrutura produtiva mais sofisticada estiveram associadas a uma piora na distribuição de renda e/ou em outras dimensões das diferenças sociais características do capitalismo. Comungando com o autor admite-se que a dimensão social deve estar no cerne da estratégia de desenvolvimento.

O período pós Segunda Grande Guerra foi decisivo para o Brasil, ao passo em que marcou a transição da produção tipicamente agrícola para a diversificação da produção através dos maciços investimentos oriundos tanto de entes públicos como privados objetivando a industrialização dos segmentos produtivos da nação. Nas décadas que sucederam os anos 40, observa-se que a economia brasileira passou por várias oscilações no que tange ao seu crescimento e desenvolvimento econômico, tendo períodos de significativos crescimentos, bem como declínios acentuados, ambos, reflexos das políticas econômicas adotadas e suas relações com os capitais externos.

Observa-se que dentre os anos 1980 a 2003, o país saiu do chamado anos perdidos para uma das décadas mais promissoras da economia nacional com elevados índices de desenvolvimento, conforme abordado por Siqueira (2009) “nas últimas décadas, o Brasil teve boa performance em vários indicadores econômicos e sociais, o que melhorou o ambiente de negócios”, o que elevou o patamar nacional frente aos demais países sul americanos, postando o Brasil como um país em desenvolvimento. Contudo, a crise de 2008 trouxe consigo a desaceleração do crescimento econômico brasileiro, ao passo em que o país por depender principalmente das exportações teve seus negócios com o exterior enfraquecidos, comprometendo consequentemente toda a onda de investimento público e privado existente.

Biancarelli (2013) afirma que o grau de vulnerabilidade da economia brasileira se reduziu ao longo da última década, consequentemente a autonomia da economia brasileira em relação ao capital internacional

aumentou, não querendo com isso dizer que o país se desenvolveu, mas que as perspectivas para o desenvolvimento nacional se ampliaram graças às condições e aos cenários favoráveis proporcionados pelo panorama econômico internacional.

Corroborando com Biancarelli (2013) acredita-se que o caráter social do desenvolvimento brasileiro se justifica muito mais pelos desafios à frente do que pelos avanços obtidos nos últimos anos. Isto se deve, dentre outras razões, ao elevado patamar em que ainda se encontra a concentração da renda e riqueza no Brasil; aos altos índices de miséria e pobreza e ao fato de que os avanços obtidos até agora foram em grande parte de natureza individual, muito associados ao poder de consumo, o que gerou impactos positivos sobre a economia, mas deixou pouco explorada outra avenida de dinamização econômica e redução da desigualdade, a exemplo da infraestrutura social, ou os chamados bens de consumo coletivo ou público, como educação, saúde, transporte, saneamento e outras condições gerais de vida.

Quando se fala em desenvolvimento, vale salientar o papel do Estado no sentido de fomentar o crescimento econômico, fortalecimento da indústria, o incentivo a CT&I e, além disso, promover ações mais específicas relacionadas às questões sociais e ambientais, bem como, a geração de emprego e distribuição de renda. O que se percebe é que algumas iniciativas voltadas para estes aspectos muitas vezes esbarram em inúmeras dificuldades impostas pela própria legislação pública ou até mesmo pela falta de parceria público/privada. Conforme cita Carneiro (2012, p. 772), “[...] a omissão do papel do Estado como elemento crucial na redistribuição da renda é uma constante”, acaba por interferir diretamente no planejamento direcionado para as áreas estratégicas de interesse nacional.

Para a realidade brasileira, investir em inovação ainda é reflexo da compra de máquinas e equipamentos para serem empregados nos mais variados setores produtivos, contudo, essa prática só demonstra o quão atrasado o país está em relação ao desenvolvimento tão propagado e sonhado,

ao passo em que segundo a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) “o investimento em inovação tecnológica que vai além da compra de máquinas e equipamentos de última geração”, tem resultado consequentemente no aumento significativo de competitividade por parte de um pequeno núcleo de empresas brasileiras que investem na geração de conhecimento e especialmente em pesquisas e atividades de P&D.

Ainda nesse sentido a ABDI cita que cerca de 92,5% dos investimentos nacional em P&D são realizados por um seleto grupo empresarial da indústria, considerados de grande porte dado seu faturamento e número de colaboradores, e em que pese, embora a totalidade dessas empresas recebem financiamentos públicos, poucas receberam estímulos financeiros para investimento em P&D ressaltando o fato anteriormente citado, onde um dos maiores gargalos do desenvolvimento brasileiro se encontra no fato de que pouco se é investido em atividades de pesquisa e desenvolvimento pois ainda se investe na indústria de base enquanto estima-se que apenas 10,9% das atividades dos grandes empreendimentos em solo nacional seja financiado pela Financiadora de Estudo e Projetos (FINEP), porexemplo.

É válido acrescentar que na busca pelo progresso socioeconômico, os Bancos de Desenvolvimento (BD) desempenham um importante papel de caráter emergencial, tendo em vista as características de determinadas nações e neste caso, referindo-nos aos Países subdesenvolvidos, tais como o Brasil.

Os BD atuam, sobretudo em períodos de crises, no intuito de subsidiar os países quanto à necessidade de crédito. Sua base permanente é fundamental, visto que, o enfrentamento de novos desafios econômicos, sociais e ambientais coloca-se a todo momento na sociedade. Neste sentido, os BD visam suprir o crédito necessário ao investimento, indisponível no sistema privado de financiamento, subsidiando projetos/setores de investimento que inspiram alta incerteza de sucesso e, por isso, são preteridos pelo sistema financeiro privado em detrimento dos projetos/setores de investimento cujos resultados esperados sejam menos incertos.

Os BD atuam principalmente em países em desenvolvimento financiando setores estratégicos para o crescimento econômico e social de desenvolvimento, com o propósito de expandir a capacidade produtiva, visando atender aos segmentos do mercado para os quais o sistema financeiro privado não oferece instrumentos adequados de financiamento de longo prazo.

Uma das críticas principais críticas direcionadas aos Bancos de Desenvolvimento enquanto órgão de financiamento é o controle que estes bancos exercem sobre as taxas de juros, visto que, este controle do governo acarretaria taxas de juros inferiores à taxa de equilíbrio, impedindo o ajuste eficiente do mercado, logo, privando as instituições financeiras privadas de se desenvolverem na medida em que os “fundos” arrecadados com taxas de juros baixas, não seriam suficientes para financiar os investimentos da economia. Por outro lado, a vantagem que os BD exercem sobre os bancos privados é que, quando estes se recusam a ofertar financiamento, devido ao risco de incerteza de sucesso do projetos/setores, entre outros riscos, os investidores encontram crédito nos BD, em vista da indisponibilidade dos bancos privados de financiamento, além de terem taxas de juros mais baixas.

Desta maneira, é importante destacar o papel das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento nacional, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financia projetos de desenvolvimento econômico a nível nacional. Cabe destacar que parte considerável dos avanços empreendidos pela economia brasileira a partir da década de 2000 se deve absolutamente aos investimentos oriundos desse banco, pois conforme cita Amitrano (2010) “seus desembolsos cresceram mais de 60% em termos reais entre 2007 e 2008, e mais de 130% quando se analisam os dados até 2009”.

Como visto, o efetivo desenvolvimento econômico está atrelado ao desenvolvimento social. Além da urgência de estabilidade no que diz respeito à economia, da necessidade de interação entre setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa a fim de melhorar os índices de tecnologia, produção e consumo, urge também por índices mais favoráveis nas dimensões sociais e

ambientais, prezando pela redução das desigualdades e favorecendo a todos, o acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade. Há também de se pensar em um padrão de desenvolvimento sustentável, de modo que a forma de exploração dos recursos possa garantir a preservação das gerações futuras.

Conclusão

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil ao longo de sua história não priorizou a articulação entre políticas econômicas e políticas sociais. Frente a isto, compreendemos que a atuação dos Bancos de Desenvolvimento principalmente em países em desenvolvimento financiando setores estratégicos para o crescimento econômico e social de desenvolvimento, tem seu propósito de expandir a capacidade produtiva, limitadas justamente pelas deficiências do País em estabelecer projetos de investimento a longo prazo.

Do mesmo modo, faz-se necessário, também a ampliação do mercado de consumo interno como principal dinamizador da economia brasileira e, além disso, o avanço na promoção dos direitos sociais. Assim, forja-se enquanto desafios o enfrentamento da concentração de renda e das desigualdades sociais, buscando garantir à população o acesso aos bens e serviços sociais básicos como saúde, educação, moradia, saneamento, investimentos que estarão refletidos sobremaneira na geração de emprego e renda.

É fundamental que as políticas públicas se estabeleçam cada vez mais a favor da emancipação dos sujeitos e em particular a política educacional, pois compreende-se que investir em educação de modo qualitativo é instrumentalizar os sujeitos tornando-os protagonistas e capazes de competir no cenário social. Neste sentido, o investimento em CT&I para o Brasil poderá a longo prazo legar ao País níveis mínimos de autonomia, para tanto se faz necessário uma mudança no espaço educacional com vistas a uma formação plena, engajada com a realidade contemporânea, carente de mudanças estruturais.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

Referências

ALÉM, Ana Cláudia; FERRAZ, João Carlos; MADEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo.** Revista do BNDES, v. 40, p. 5-42, dezembro de 2013.

AMITRANO, Cláudio Roberto. **Considerações sobre o crescimento econômico brasileiro no médio prazo.** Desafios para o desenvolvimento brasileiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco: ciência, tecnologia e inovação.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.80p. Disponível em: http://www.cgee.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf /Acesso em: 28/01/2016

_____. **Lei de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo nº. 10.973/04.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acessos em: 20 de fevereiro de 2016.

BIANCARELLI André. **Desafios e oportunidades para o desenvolvimento brasileiro** – aspectos econômicos. In: Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2013.

_____. **Recomendações para o avanço do pensamento social-desenvolvimentista.** In: Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2013.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Novos e velhos desenvolvimentismos.** Economia e Sociedade. V. 21, número especial, p. 749-779, dez. 2012.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez2003.nº24. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n_4a02.pdf Acesso: 18/01/2016

Contribuições para a Política de Desenvolvimento Industrial, de Inovação e de Comércio Exterior Período 2011/2015. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/livroBrasilMaior.pdf> Acesso em: 14/03/2016 às 08h30min.

FONSECA, Rodrigo. **“Ciência tecnologia e sociedade.”** (Brasil) (Org.) Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. 2010.98 p. Disponível em: <http://rts.ibict.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf> /Acesso em: 28/01/2016

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

GOHN, Maria da Glória. **Educação, trabalho e lutas sociais**. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010022427/6gohn.pdf>
<acesso em: 12/01/2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa
Tavares. 2.Ed.- São Paulo: Boitempo, 2008.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. **Competitividade Sistêmica**: Desafios para o
Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.
16, Nº 31, P. 139-184, Junho de 2009.

TEORIAS ADMINISTRATIVAS E AS ORGANIZAÇÕES: UMA POLIFONIA NECESSÁRIA.

Gilson de Jesus Souza¹

RESUMO

Esse trabalho trata-se de uma revisão de literatura com o objetivo de apresentar uma breve evolução das teorias administrativas, elencando suas principais abordagens teóricas e relacionando-as com as organizações modernas. Observa-se que na contemporaneidade ainda predomina resquícios do modelo clássico (taylorista/fordista) nas organizações, ao passo em que a globalização revolucionou o meio organizacional, necessitando para tanto de novas roupagens para os meios institucionais e consequentemente fazendo surgir novos desafios não só para os gestores, bem como para os colaboradores que passam a serem exigidos em maior produtividade e flexibilidade no ambiente de trabalho. Ao passo em que analisamos e conhecemos as teorias administrativas, nos é possibilitado vislumbrar a aplicabilidade de cada proposição no meio organizacional hodierno.

Palavras-chave: Teorias Administrativas; Gestão; Inovação; Organizações Contemporâneas.

INTRODUÇÃO

A evolução do pensamento administrativo é recente, tem origem no início do século XX, onde teóricos começaram a pensar nas diversas questões vinculadas às organizações. Diante do legado histórico de desvalorização do trabalho, que remonta desde os povos primitivos, esses teóricos buscaram então, através de análises do ambiente organizacional, uma conciliação entre o trabalho manual (tido como artesanal) e o trabalho intelectual (sistematizado cientificamente) ao passo em que onde predominava necessariamente atividades artesanais e de subsistência deu-se

¹ Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII, Pós Graduando em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela UFRB – Cruz das Almas/BA, Pós Graduando em Marketing e Gestão Estratégica pela Universidade Cândido Mendes – RJ. e-mail: gilsoncardin@gmail.com

lugar as empresas e empreendimentos que desenvolveram o mercado e a sociedade ao longo dos anos após a Revolução Industrial.

Embora ainda num estágio inicial e desprovido de seus pressupostos básicos e profissionais, a administração surgiu das necessidades de gerenciamento das instituições/organizações e suas atividades econômicas decorrentes da Revolução Industrial que marcou a transição entre o sistema feudal para o sistema capitalista. Em contrapartida, esse marco possibilitou um ambiente necessário para o surgimento do trabalho especializado e o crescimento das cidades criando assim mercados consumidores e conseqüentemente a necessidade de atender as demandas dos mesmos, substituindo o processo artesanal de produção pela produção em massa.

Aliado a essas transformações na metodologia de trabalho e nos incrementos tecnológicos, novas relações sociais foram instituídas entre os homens. Nasce o trabalho assalariado como forma de pagamento pela venda da força de trabalho, remuneração essa correspondente ao que se julgava necessário para a sobrevivência do trabalhador, segregando também a propriedade dos meios de produção e a atividade produtiva.

Com a evolução dos estudos relacionados ao pensamento administrativo, culminou-se no amadurecimento e aperfeiçoamento dessas ideias e princípios, exigindo cada vez mais dos então “administradores” o desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas administrativas completamente novas e que aumentasse a produtividade do trabalho, eliminando assim desperdícios e perda de tempo no processo produtivo.

Por meio de uma breve revisão teórica do campo, busca-se aqui apresentar nesse artigo uma breve introdução referente às Teorias Administrativas e suas peculiaridades, traçando conseqüentemente um paralelo com o atual estágio de desenvolvimento das organizações modernas. A relevância dessa abordagem se dá pelo fato de que o entendimento das organizações modernas decorre da construção do pensamento administrativo ao longo dos tempos por meio das várias Teorias Administrativas, tendo como base a Teoria Clássica e diante disso a exigência por profissionais com visão holística da organização tem se tornado cada vez mais latente.

Concepções Teóricas Administrativas e as Evoluções Necessárias

Concebida enquanto uma entidade social, as organizações são, por instância, constituídas de pessoas e recursos aglomerados em torno de objetivos comuns e que independentemente de seu tipo ou porte, precisa ser administrada para poder atender aos anseios de seus *stakeholders*.

Surge então no Século XX um conjunto de Teorias Administrativas que buscam representar como os então “gestores” percebiam a realidade do ambiente organizacional daquela época (MAXIMINIANO, 2010). Desse modo as Teorias Administrativas representam conhecimentos organizados e produzidos pela experiência dos gestores organizacionais em seus contextos. Os primeiros estudos voltados para o processo administrativo e organizacional focou primordialmente em torno de cinco variáveis, a saber: tarefas, estruturas, pessoas, ambiente e tecnologia. A evolução do pensamento administrativo ocorreu de modo que cada teoria enfatizou uma dessas variáveis, desprezando as demais.

Segundo Garcia e Bronzo (2000) as teorias são propostas de acordo com os contextos históricos em que estão inseridas, enfatizando os problemas mais importantes enfrentados na época em quem foram fundamentadas. Com isso a Teoria Geral da Administração é o resultado da acumulação das diversas teorias, com suas diferentes contribuições e enfoques, todas são validas e podem ser aplicadas em qualquer época, desde que sejam feitas as devidas adequações, mesmo que cada uma em seu tempo valorize uma ou mais das cinco variantes. Por ordem cronológica temos as seguintes teorias:

- **1903 – Administração Científica** deu ênfase nas tarefas, procurando a racionalização do trabalho no nível operacional buscando a maneira pela qual uma tarefa pudesse ser mais bem realizada e entende que a motivação do empregado pelo trabalho decorre do ganho que desse incide, ou seja, considera o trabalhador como um homem econômico, motivado apenas a satisfação material. Teve como precursor Frederick Taylor. Apesar de ser severamente criticada ao longo do tempo, apresentou soluções industriais e um desenvolvimento econômico tanto para as empresas como para os empregados.
- **1916 – Teoria Clássica** deu ênfase à estrutura e buscou, através da definição de uma estrutura forma para a organização, solucionar os problemas não previstos pela Teoria Científica. Teve como representante Henry Fayol, pode se dizer que sua maior contribuição para a administração geral é as funções administrativas – prever,

organizar, comandar, coordenar e controlar – que são desempenhos essenciais do administrador ainda nos dias atuais.

- **1932 – Teoria das Relações Humanas** deu ênfase as pessoas, sendo Elton Mayo seu precursor. A Teoria das Relações Humanas representou uma reação natural ao sistema mecanicista das teorias Clássica e Científica. Preocupou-se principalmente com a existência dos grupos informais no ambiente de trabalho, identificando que não necessariamente o indivíduo é motivado por recompensas materiais, dependendo de outros fenômenos sociais como a interação no grupo informal.
- **1940 – Teoria da Burocracia**, que procurou definir um modelo de organização racional capaz de caracterizar todas as variáveis até então identificadas. Objetivou solucionar as crescentes complexidades organizacionais através de seus fundamentos, prevendo e padronizando o desempenho dos funcionários, aumento assim a eficiência dos mesmos. Seu criador foi Max Weber, cujos trabalhos apesar de serem datados do ano de 1909 só foram descobertos por vários outros pesquisadores e sociólogos anos depois.
- **1951 – Teorias dos Sistemas** teve como enfoque de estudo o ambiente, cujo principal autor foi Bertalanffy. Sintetizou a integração das teorias precedentes, através da aplicação dos conceitos da Teoria Geral de Sistemas à administração, com uma abordagem da empresa como um sistema aberto, ou seja, livre e interagente com o meio ao qual a mesma se encontra inserida.
- **1957 – Teoria Comportamental** deu ênfase aos aspectos endógenos do comportamento humano com base, principalmente, na motivação. Temos como seus principais representantes Chester Barnard, Herbert A. Simon, Abraham H. Maslow, F. Herzberg, Douglas M. McGregor.

Crescimento, complexidade e processologia organizacional

Em decorrência do crescente aumento na competitividade entre as organizações contemporâneas, nota-se um aumento significativo tanto no desenvolvimento quanto na oferta de soluções “prontas” para os problemas organizacionais. Contudo, com a implementação desses novos instrumentos de gestão percebe-se que as organizações da era do conhecimento levam certa vantagem sobre as demais, ao passo em que a tecnologia da informação assumiu um espaço

vital dentro das organizações demonstrando sua conveniência em propiciar a competitividade almejada e necessária à sobrevivência e ao crescimento organizacional. Destacam-se aqui alguns desses enfoques: abordagem contingencial, administração estratégica, administração por objetivos (APO) e administração participativa.

Apesar disso, deve-se levar em consideração os efeitos da globalização sobre as organizações modernas, na medida em que os empreendimentos crescem e passam a negociar além de suas fronteiras nacionais, tal processo integratório representa um aumento na competição, bem como de oportunidades para todos. Apesar disso, existem também outros fatores externos que impactam diretamente no desenvolvimento dos empreendimentos tais como a inflação, os impostos, juros, taxas de câmbio que são reflexos das políticas macroeconômicas, que nesse atual contexto competitivo exige das empresas um elevado índice de produtividade, com responsabilidade sustentável e consideráveis reduções nas suas margens de lucro.

A gestão organizacional é um processo interdependente do sistema funcional e para que um bom trabalho seja desempenhado pelo administrador, é relevante que este conheça e entenda como funcionam todas as funções administrativas: planejamento, organização, direção, motivação, controle, comunicação e liderança além das grandes áreas da gestão subdivididas em: gestão de pessoas, gestão de finanças, gestão mercadológica e gestão financeira. Salienta-se que para se ter uma efetiva gestão estratégica em qualquer organização, a base é a sinergia entre as funções administrativas.

Dada a elevada competitividade que a globalização impõe, faz-se necessário que as organizações tenham uma base de conhecimentos sólidos para continuarem competitivas no mercado. Segundo Chiavenato (2000), é imprescindível que as organizações nesse contexto desenvolvam processos de análise organizacional examinando seus recursos financeiros, humanos, produtivos e mercadológicos e identificando conseqüentemente seus pontos fortes e fracos, fraquezas e oportunidades e, por conseguinte as possíveis alternativas para melhor aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças que o meio oferece.

É nesse momento em que as competências e habilidades do administrador são postas em xeque, uma vez que será exigido do mesmo domínio sobre as funções

administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar. Nesse sentido, Stoner e Freeman (1999) assevera que o ato de planejar relaciona-se ao pensar antecipadamente nos objetivos e nas ações, sempre se baseando em métodos, planos ou lógicas, e jamais pelo empirismo. O processo de organizar está diretamente relacionado com a alocação dos recursos e materiais no ambiente de trabalho, com a autoridade empregada e consequentemente o método de trabalho para alcançar eficientemente os objetivos organizacionais. O mesmo autor ainda resalta a importância da liderança na Administração, ao passo que liderar significa dirigir, influenciar e motivar seus colaboradores a realizar suas tarefas e, o controle basicamente atua como certificador de que as atividades desenvolvidas pelos colaboradores estejam conforme o planejado ou seguem um padrão predeterminado e levem de fato à conquista dos objetivos estabelecidos.

Com o advento da sociedade do conhecimento onde os processos de inovação e geração de novos conhecimentos são de grande relevância estratégica e representa um diferencial competitivo para as organizações no atual cenário competitivo global, possibilitou assim a difusão das TIC's que dentre outros benefícios possibilitam o uso e acesso à informações fazendo com que a transferência de conhecimentos entre as organizações criem elos cada vez mais fortes e as unam em torno de objetivos comuns, surgindo assim novos tipos de organizações como é o caso das cadeias e complexos industriais.

As flutuações de mercado e as inovações tecnológicas praticamente obrigaram as organizações a buscarem através do compartilhamento de ideias, ferramentas e métodos que melhorassem seus processos produtivos e de inovação. Dentre esses métodos têm-se as cadeias produtivas como conjunto de etapas sequenciais onde os insumos são processados para dar origem ao produto final. Do ponto de vista técnico, as cadeias produtivas resultam-se da divisão do trabalho e interdependência dos agentes econômicos, ao passo em que necessitam de uma coordenação mais eficiente entre as atividades e possibilitam, por conseguinte, maiores ganhos decorrentes da especialização das atividades, ou seja, os custos são reduzidos pela desintegração vertical das atividades e especialização técnica mantendo assim a margem de lucro e preservando os ganhos. E assim, as organizações têm buscado cada vez mais fortalecer esses seus vínculos cooperativos no intuito de promover mais investimentos em desenvolvimento e inovação.

Observa-se que essa colaboração tem por finalidade oferecer apoio e suporte, gerando benefícios para ambos numa situação onde todos saem ganhando. Conforme Brito e Leite (2008) afirmam, diversas são as empresas que tem se organizado nos chamados Arranjos Empresariais com o objetivo de criar ou consolidar vantagens competitivas entre membros que os compõem, através da gestão compartilhada. Vale resaltar também que o entrelaçamento entre cadeias produtivas é muito comum, podendo ser agregadas em blocos ou como são mais bem denominados “complexos industriais” que representam essa união de cadeias produtivas de um mesmo produto.

Fazendo um recorte da realidade brasileira, perceber-se com facilidade a existência de diversas cadeias produtivas e complexos industriais, a citar: cadeia produtiva do leite, cadeia produtiva da mandioca, cadeia produtiva do algodão complexo produtivo do milho, complexo produtivo da laranja, complexo produtivo do açúcar e álcool dentre outros.

Ainda fazendo referencia a realidade brasileira, a lógica que se segue é de um processo evolutivo ou revolução industrial tardia, ainda marcado na contemporaneidade por traços artesanais ou do período colonial, sinal disso é que o país ainda tem seu maior percentual do PIB concentrado na agropecuária, ou seja, a economia brasileira tem nas atividades primárias a principal fonte de riqueza. Fazendo um recorte no tempo, os primeiros avanços no sentido de mudar esse panorama brasileiro se deram no governo de Getúlio Vargas pós-depressão de 1929, onde o despertou se a necessidade de mudar essa realidade de dependência de apenas uma atividade produtiva. Na sequencia teve os Cinquenta anos em Cinco de JK constituindo em um dos mais audaciosos planos de investimentos e industrialização da nação e por fim têm-se a abertura de mercado nos anos 90 com o Governo de Fernando Collor que de certo modo representam uns dos mais relevantes momentos históricos brasileiro.

Contudo, destaca-se aqui que não apenas no Brasil, mas também a nível global as mudanças “organizacionais” passaram a acontecer com maior frequência no pós Segunda Guerra Mundial. A partir desse marco, o mercado tornou-se cada vez mais dinâmico exigindo elevada capacidade de flexibilidade e adaptação a esse ambiente de incertezas, obrigando consequentemente as organizações a mudarem seus modelos de gestão e, como vimos anteriormente através da evolução das

escolas/teorias administrativas, representam um modo de adaptação e sobrevivência dos empreendimentos contemporâneos.

Conclusão

O sistema capitalista impôs ao mercado relevantes transformações nos últimos anos. A globalização é apontada como uma das mais importantes mudanças pelo fato de ter alterado praticamente toda uma ordem social vigente, impondo novos perfis, seja de consumidores ou de mercados produtores. Na medida em que as organizações precisam investir em inovação, tanto em produtos e serviços quanto em processos, seus gestores também precisam autodesenvolverem suas competências e habilidades para assim assegurarem a manutenção e participação de seus empreendimentos no mercado altamente especializado e competitivo.

A busca pela inovação enquanto diferencial competitivo não é uma prática recente das organizações, basta lembrar-se das teorias e princípios instituídos pelos precursores da Administração Taylor, Fayol e Henry Ford que enquanto gestores e empreendedores, respectivamente, de suas organizações procuraram inovar ou criarem condições que lhes pudessem proporcionar vantagens competitivas operacionais em relação ao demais concorrentes.

Não obstante, verifica-se que o perfil dessas inovações muda ao longo dos tempos, inicialmente observamos que os trabalhos de Taylor e Fayol constituíram-se de mudanças nas formas de trabalho, portanto, partindo-se de ideias com foco sempre na otimização dos processos e como consequência tendo o lucro através da efetividade de tais conceitos. Contudo, para que haja inovação necessariamente deve-se investir em conhecimento e, esse tem sido um dos grandes lemas das empresas no Século XXI que é a retenção de capital intelectual como forma de se manterem competitivas a ponto de rever seus conceitos sobre o funcionamento organizacional e posteriormente se reinventarem no sentido de implantarem uma cultura de aprendizado contínuo e cumulativo que gere não apenas produtos e serviços inovadores como também processos organizacionais e modelos de negócios ímpares.

Através dos estudos percebe-se que as teorias administrativas apresentam duas características distintas: ambientes estáveis ou sem mudanças constantes exigem organizações do tipo rígidas, já os ambientes mutáveis requerem organizações

do tipo orgânicas que interajam com maior frequência e facilidade com o ambiente ao seu redor. A teoria clássica precursora das demais teorias administrativas preconizava os ambientes estáveis, por esse motivo a maioria das organizações do início do século foram caracterizadas como mecanicistas e burocráticas por terem suas ações na maioria das vezes engessadas por medidas padronizadas e formulários.

Com a chegada do século XXI as mudanças impostas pela globalização, o mercado se tornou cada vez mais instável e turbulento exigindo das organizações cada vez mais agilidade e flexibilidade para se ajustarem às novas características ambientais. É nesse sentido que o modelo orgânico de organização ganha espaço e introduzindo características como a redução da centralização, do autocontrole e autodireção, dando mais autonomia para o colaborador desenvolver sua função bem como evoluir-se como profissional e existência de tarefas complexas e diferenciadas dos padrões até então adotados. Destaca-se ainda a grande ênfase dada no trabalho e desenvolvimento de equipes multifuncionais, autogeridas e empoderadas tão importantes quando se busca por organizações dinâmicas, inovadoras e de fácil adaptação ao seu ambiente externo.

Referencias

BRITO, A. M.; LEITE, M. S. A. **Discussão sobre as características dos diferentes**

Arranjos Empresariais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE

PRODUÇÃO - ENEGEP, 28. 2008. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto, **Introdução a Teoria Geral da Administração** - 6. ed. - Rio de Janeiro : Campus, 2000.

GARCIA, Fernando Coutinho; BRONZO, Marcelo. **As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações.**

Disponível em: <

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2000/2000_ENEO2.pdf >.

Acesso em: 18 de novembro de 2015.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital** – 6^o ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração.** 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

CONTRATO DE DOAÇÃO: PRINCIPAIS ASPECTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Deborah Marques Pereira Clemente¹, Cinthia da Silva Barros², Denise Cardoso Martins², Gustavo Igor Silva Montalvão², Jerônimo de Castro Lima Junior², Joyce Teixeira Matos², Jorge Amancio Castro Pimentel² e Luís Rafael Pereira Fernandes².

RESUMO

Doação é o contrato no qual uma pessoa por livre iniciativa transfere do próprio patrimônio bens ou vantagens em prol de outra pessoa, sendo possível que a transferência seja de coisa móvel ou imóvel. O objetivo desse artigo é apresentar a questão dos contratos de doação abordando os principais aspectos no direito de família, em especial, pretende-se enfatizar os aspectos práticos sobre a temática. Neste contexto, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental, utilização de artigos, livros, jornais, além de levantamento de informações, com uma leitura atenta e sistemática de dados coletados através de documentos e livros jurisprudenciais. Sendo assim admite-se a relevância jurídica do tema que é lastreado de conflitos e complexidade, ressaltando a importância basilar assumida no âmbito do Direito de Família e no Direito dos Contratos.

Palavras-chave: Donatário. Encargo. Herança. Cônjuge.

1. Introdução

O presente artigo tem como intento estudar o contrato de doação no Direito de Família. Doação é uma modalidade contratual de cunho patrimonial, do qual, fazem partes o doador, aquele que doa, e o donatário, aquele que recebe a coisa doada, tendo neste último, sua aceitação como elemento essencial para a celebração do contrato (GAGLIANO, 2014).

Através da pesquisa bibliográfica analisa-se o contexto histórico, que foi de notória relevância para realização e enriquecimento deste trabalho, uma vez que, se busca a compreensão da evolução deste instituto, que tem seu surgimento ainda nos germes dos nossos primórdios (GAGLIANO, 2014). Nesse diapasão é necessário destacar essa temática, e sua relevância no meio jurídico, principalmente ao que concerne no atual Código Civil de 2002 que

¹Bacharel em Direito pela Faculdade Santo Agostinho, FASA, Brasil. Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros -UNIMONTES, Brasil. Doutoranda pela Universidade de Buenos Aires. Argentina.

² Bacharelados em Direito pela Faculdade de Guanambi. FG/CESG. Guanambi-Bahia. Brasil.

está regrado sobre os artigos 538 ao 554 em suas disposições gerais, e a revogação disciplinada nos artigos 555 aos 562 (BRASIL, 2002).

A elaboração deste trabalho justifica-se através das discussões sobre os tipos de contrato de doação inseridos no Direito de Família que são eles: entre cônjuges, companheiros e concubinos, companheiros do mesmo sexo a e do nascituro. Assim diante da situação exposta é notável a relevância sobre a temática que é lastreada de conflitos e complexidade.

Por fim, serão abordados neste estudo os aspectos práticos sobre os contratos de doação para trazer ao leitor, um entendimento mais natural sobre a temática inserida no Direito de Família, utilizando os dispositivos legais contidos no Código Civil de 2002, com intuito de facilitar o entendimento do respectivo trabalho.

2. Apontamentos históricos dos contratos de doação no Direito de Família

A evolução histórica dos contratos de doação é de suma relevância para a compreensão deste instituto de Direito Civil. Conforme preleciona Gagliano (2014), não existia nos termos romanos clareza e precisão quanto à natureza jurídica da doação, e, conseqüentemente, a sua origem. O Código Civil de 1916, finalmente, tratou da doação no âmbito do direito Contratual, faz menção à doação no artigo 1.165, caracterizado como: “o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio, bens ou vantagens para o de outra, que os aceita” (GAGLIANO, 2014).

Com relação ao Direito de Família no que pese ao Direito Romano, o período que corresponde ao fim da república e o início do principado não era permitido doações entre cônjuges, cuja finalidade era evitar situações de constrangimento ou pressões de maneira imoral entre marido e mulher, sendo que um dos cônjuges conclui-se a doação ao outro para que não ocorresse o fim do casamento, a proibição datada em 206 d.C., admitindo-se assim a

validade do ato, desde que, o doador não ocasionasse a modificação de sua vontade até o seu falecimento (ALVES, 2001, p. 209).

Entende-se que a evolução do contrato de doação foi e é de fundamental importância, sendo que no passado não se tinha uma visão tão ampla do referido instituto, fator para que houvesse no Código Civil de 1916 uma preocupação do legislador em uma melhor especificidade do tema, que perpetuou no Código Civil de 2002 que teve a preocupação em abarcar tal instituto, inseridos em nosso ordenamento jurídico atual principalmente no Direito de Família.

3. Contrato de doação e suas principais características

É um contrato unilateral, impondo obrigação apenas para o doador em via de regra, quando a doação for pura, se caso houver algum encargo vincula o donatário a realizar alguma obrigação em favor do doador ou de terceiro, o contrato será unilateral imperfeito. (LOUREIRO, 2008). Na doação ocorre o consentimento, mas esse não precisa ser expresso, para ter eficácia é necessário o encontro de vontades do doador e do donatário. Se o doador fixar algum prazo para a aceitação e o donatário ciente do prazo não recusar o silêncio será interpretado como aceitação tácita (LOUREIRO, 2008). Não existirá doação quando não ocorrer um aumento do patrimônio do donatário ao qual corresponde uma diminuição no patrimônio do doador. Ressalta Loureiro (2008, p. 429) que:

Trata-se de um contrato a título gratuito, mas entre vivos. Não pode ser registrada uma doação onde haja elementos que façam presumir que se trata de uma doação causa mortis, que é vedada no nosso direito. É preciso que, ao lado da gratuidade, tenha por elemento o animus donandi, que consiste na intenção de realizar uma atribuição patrimonial gratuita com o único fim de enriquecer o donatário.

Como todos os tipos de contrato, a doação tem como requisitos: Agente capaz, o doador deve ter plena capacidade civil, podendo ser pessoa física ou jurídica. Já o donatário, não precisa ter capacidade de fato para aceitar a doação podendo tranquilamente estar no polo passivo da doação,

para ser efetiva a doação o doador tem que ter legitimidade para doar, ou seja, só o proprietário pode dispor da coisa (LOUREIRO, 2008). Artigo 543: “Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura” (BRASIL, 2002, p. 190).

A doação tem como objeto coisa com valor patrimonial. O objeto tem que ser lícito, possível, determinado ou determinável. Quando tiver por objeto bem imóvel somente haverá a transação por escritura pública ou em estabelecimento particular. Se for móvel valerá o contrato verbal de for de pequeno valor, e seguindo da tradição. “Entretanto, poderá ser simplesmente consensual (verbal), caso tenha por objeto bens móveis, de pequeno valor, se lhe seguir, de imediato, a tradição. Tem-se, aqui, a denominada doação manual” (GAGLIANO, 2010, p. 39).

Assim quando tratar de bem móvel que não seja de pequeno valor, ou quando a tradição não for efetuada imediatamente após o consenso, o contrato de doação deverá ser feito em instrumento particular.

4. O contrato de doação no Direito de Família

Antes de adentrar no contrato de doação é necessário compreender o conceito de família. Para o doutrinador Neves (2008, p. 01) a expressão “família” é:

Em sentido amplo, família é o grupo formado pelas pessoas que descendem de um tronco ancestral comum e também por aquelas que são ligadas a esses descendentes pelo vínculo do casamento e da afinidade. Em outras palavras, família é, nesse sentido, o grupo de pessoas ligadas pelo parentesco, seja este consanguíneo, civil ou decorrente da afinidade. Além disso, pode-se conceituar a família numa concepção mais restrita. Fala-se em família-núcleo ou nuclear para se referir à comunidade formada pelos cônjuges, companheiros e os filhos do casal, se houver, e também à comunidade formada por um dos pais e os filhos.

O contrato de doação no Direito de Família se insere com a doação entre cônjuges, companheiros e concubinas, companheiros do mesmo sexo e também com a doação feita ao nascituro. Como mencionado nos apontamentos históricos o período romano que corresponde entre o fim da

república e início do principado, era proibida a doação entre cônjuges, afim de não permitir a dissolução do casamento, e para evitar possíveis conflitos entre marido e esposa (ALVES, 2001). O Código de 1916 que fora revogado dispunha dos quatro regimes de bens, onde por meio do pacto antenupcial os nubentes poderiam decidir os regimes de comunhão universal, comunhão parcial, dotal e separação absoluta (GAGLIANO, 2014).

O atual Código de 2002 alterou essas modalidades, onde revogou o sistema dotal que é um regime em que um determinado conjunto de bens designado “dote” era transferido pela mulher, ou alguém por ela (pai), ao marido sendo que os rendimentos, ou “frutos” desse patrimônio, deveriam ser utilizados no que for necessário para os determinados encargos da vida conjugal (GAGLIANO, 2014). O novo regime em substituição ao dotal é o de participação nos aquestos disciplinado nos artigos 1.672 a 1.686 do Código Civil de 2002, nesse regime os bens que os cônjuges adquiriram antes e após o casamento permanecem com cada um, mas se ocorrer o divórcio, ou o óbito de um dos cônjuges, os bens que foram adquiridos na constância do casamento serão divididos em comum (GAGLIANO, 2014).

A explicação dos regimes de bens é relevante para entender como é a questão da doação entre cônjuges. O artigo 544 traz que: “A doação de ascendente a descendente, ou de cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhe cabe por herança” (BRASIL, 2002, p.190), porém é possível a doação entre cônjuges, mas a liberalidade não pode atingir o regime de bens acordado entre o casal, a exemplo um casal que opta pelo regime de comunhão parcial de bens, de acordo com o artigo 1.661: “São incomunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.” (BRASIL, 2002, p.268). Este artigo demonstra claramente que não há nenhum impedimento para que marido doe determinado imóvel a sua esposa, porém este bem deve ter sido adquirido antes do casamento, assim o mesmo não faz parte integrante da comunhão.

O artigo 1641 dispõe que: “É obrigatório o regime da separação de bens no casamento: I – das pessoas que contraírem o casamento com

inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento; II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos; III – de todos os que dependerem, para casar, de suprimimento judicial” (BRASIL, 2002, p.267). Assim, é vedada a doação no caso de casamento em regime de separação total de bens, pois a súmula 337 do Superior Tribunal Federal traz que: “No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento”, dessa forma não poderá ocorrer a doação, porém é comum nos acordos de divórcio um cônjuge doar ao outro bens do seu patrimônio, mas deve-se respeitar o regime do casamento. (BRASIL, 1964, p.2020).

Há outra modalidade relevante de doação no Direito de família que é entre companheiros e concubinos. Antes de discorrer sobre o que esse contrato dispõe, faz-se necessário entender o conceito dessas duas espécies de união. O Código Civil conceitua a união estável no artigo 1.723: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (BRASIL, 2002, p. 267). Partindo desse pressuposto entende-se que essa relação configura-se de companheirismo quando duas pessoas mantêm vínculos afetivos matrimoniais sem se casarem, exemplificando: João e Maria convivem juntos há um tempo considerável mantendo pública a relação, logo são companheiros e vivem em uma união estável.

Se tratando de concubinato o Código Civil também reconhece tal relação no artigo 1.727 que detêm tal texto: “As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato” (BRASIL, 2002, p. 267). Interpretamos esse artigo com a ótica de que tal impedimento ao casamento se dá quando um ou os dois envolvidos já tem ligação matrimonial com outra pessoa, ou seja, já é casado e não podem se casar novamente, a relação de concubinato é bastante comum na sociedade.

O contrato de doação nos mostra que a evolução de tal instituto deu-se de forma lenta a partir do decreto 2681 de 1916, que dava o direito indenizatório a concubina que perdeu o amante em ferrovias (GAGLIANO,

2014). A partir daí o ordenamento jurídico brasileiro começou a mudar sua visão para a situação das concubinas: “Comprovada à existência da sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.”, o Supremo Tribunal Federal nessa súmula 380 esclarece a prosperidade no assunto abordado (BRASIL, 1964, p. 2020). Com o advento do Código Civil de 2002 observa-se a restrição da doação ao concubino disciplinada no artigo 550 onde dispõe que: “A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice em dois anos poderá ser anulada por o outro cônjuge ou pelos herdeiros” (BRASIL, 2002, p. 267). Nesse sentido Stolze (2014. p. 144) explana que:

Volvendo, assim, os olhos ao art. 550, concluímos tratar-se de demanda anulatória, com prazo decadencial de dois anos (a contar da dissolução da sociedade conjugal). Nota-se. Nesse particular, que o codificador foi explícito ao consagrar a tese da anulabilidade, diferentemente do que fez quando regulou a doação inoficiosa, tachando-a de nula.

Posto isso a doação poderá ser válida desde que o outro cônjuge ou algum dos herdeiros não se mostrem contrário no prazo de dois anos, uma vez que a anulação é facultativa podendo ou não ser concebida. É relevante citar à doação entre companheiros do mesmo sexo. O Direito de Família abriu horizontes diferentes com os novos conceitos de família na sociedade como há exemplo da união de pessoas do mesmo sexo que passou e passa por difíceis reconhecimentos no meio social. A nossa Constituição Federal em seu artigo 226 apresenta que: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado [...] § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento [...]” (BRASIL, 1988 p. 73). Nesse contexto preleciona Andrade (2005, p. 101):

Não se podemos fazer uma interpretação gramatical do dispositivo, mas inseri-lo no contexto da realidade social em que vivemos, que fundamental a família nos laços de afeto, e interpretá-lo conforme os princípios constitucionais. Entende que, mesmo para os conservadores que entendem que o rol do citado artigo é taxativo, não se pode esquecer que tais conceitos devem ser vistos segundo os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da afetividade jurídica.

Além das discussões doutrinárias divergentes, o legislador ainda não chegou com um posicionamento sobre o assunto, dessa forma a doação entre pessoas do mesmo sexo, aplica-se a mesma regra da união estável. Ao que concerne à doação feita ao nascituro e ao embrião faz-se necessário destacar o conceito de nascituro. Diniz (1998, p. 334) conceitua:

Aquele que há de nascer, cujos direitos a lei põe a salvo. Aquele que, estendo concebido, ainda não nasceu e que, na vida intra-uterina, tem personalidade jurídica formal, no que atina aos direitos de personalidade, passando a ter personalidade jurídica material, alcançando os direitos patrimoniais, que permaneciam em estado potencial, somente com o nascimento com vida.

O Código Civil traz nos termos do artigo 2º que: “A personalidade da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro” (BRASIL, 2002, p. 155). Nesse dispositivo extraímos o que será parâmetro para o entendimento temático, ao que se pese a segunda parte, onde a lei permite a concepção como aceitação da doação para o nascituro. Nesse tocante, o Código Civil nos traz a regulamentação do direito ao donatário nascituro nos moldes do art. 542: “A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal” (BRASIL, 2002, p. 190). Em entendimento, o donatário terá direito ao bem doado, se já esteja configurada a sua liberdade. Vale ressaltar que a aceitação dos seus representantes não faz efetivo tal contrato, levando em conta a validade quando ao nascimento com vida.

O artigo 1.779 dispõe que: “Dar-se-á curador ao nascituro, se o pai falecer estando grávida a mulher, e não tendo o poder familiar” (BRASIL, 2002, p. 275). Este dispositivo é importante para dar à devida proteção ao feto, que está tutelado aos direitos do nascituro desde a concepção. O nascimento do filho é incerto, enquanto a criança não nascer, os efeitos do contrato são antecipados.

Portanto, entende-se por doação do nascituro como sendo um mecanismo de capacidade passiva, ou seja, qualquer um pode receber a doação, sem qualquer limitação. Até pessoas absolutamente incapazes podem

receber doações. Devendo haver assim, a participação dos seus representantes legais.

5. Aspectos práticos sobre a temática

Nota-se no cenário jurídico a presença da temática doação, que vem ganhando grande enfoque principalmente com relação aos julgamentos que ocorrem com diferentes decisões. Os julgados apresentados neste tópico tratam-se de fatos controversos que enfatizam o contexto histórico, e a atualidade do instituto do contrato de doação, pois necessita-se da intervenção estatal que em nome do juiz garante o direito de outrem. Em virtude dessas considerações, é necessário analisar algumas decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, O Superior Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça da Bahia.

Primeiramente observa-se no julgado abaixo uma ação rescisória, doação à concubina. Entretanto a referida ação diz respeito a uma tentativa de anulação, feita pela esposa e sua filha, posteriormente na parte contrária o marido e a concubina (réus). Alegam as autoras que na época da doação o casal não era detentor de outros bens, tendo como principal prejudicada sua filha (herdeira). Decidiu o Desembargador Natanael Caetano (Acórdão Nº 413.583) que há confusão por parte das autoras, pois ambas alegam a existência de litisconsórcio necessário, porém é unitário, julgando improcedente o pedido inicial, onde os demais por unanimidade acataram tal decisão. O julgado do (TJ-DF) destaca a perca dos valores, dos princípios éticos e morais, necessitando da intervenção estatal.

AÇÃO RESCISÓRIA. DOAÇÃO À CONCUBINA. ANULAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DOCUMENTO NOVO. 1 - a ação rescisória não se presta ao reexame da matéria fático-probatória que embasou a decisão rescindenda, vez que não é o sucedâneo de recurso. 2 - documento novo que autoriza a rescisão é aquele cuja existência o autor ignorava, ou de que não pôde fazer uso, e que, por si só, é capaz de lhe assegurar pronunciamento favorável. 3 - ação rescisória julgada improcedente. ACÓRDÃO Nº 413.583(TJ-DF, relator: Jair Soares data de julgamento: 22/03/2010, 1ª câmara cível). (Grifo Nosso).

O julgado abaixo refere-se a um recurso especial, no qual visa associar a qual ato jurídico foi realizado entre a recorrente e sua filha, descaracterizando o contrato de doação com base de que foi bem móvel (pecúnia) de valor significativo ao patrimônio, tendo, portanto que ser solene, com base no artigo 170 do Código Civil atingiu os requisitos necessários para a conversão em contrato mútuo, podendo agora com a morte da filha a genitora reaver a coisa. E por maioria dos votos o recurso foi provido.

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE DOAÇÃO. AUSÊNCIA DE SOLENIDADE ESSENCIAL. PRODUÇÃO DE EFEITOS. CONVERSÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO NULO. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS ATOS JURÍDICOS. CONTRATO DE MÚTUO GRATUITO. ART. ANALISADO: 170 DOCC/02. 1. ação de cobrança distribuída em 13/04/2006, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao gabinete em 13/01/2011. 2. Cinge-se a controvérsia a decidir a natureza do negócio jurídico celebrado entre a recorrente e sua filha, e se a primeira possui legitimidade e interesse de agir para pleitear, em ação de cobrança, a restituição do valor transferido à segunda. 3. O contrato de doação é, por essência, solene, exigindo a lei, sob pena de nulidade, que seja celebrado por escritura pública ou instrumento particular, salvo quando tiver por objeto bens móveis e de pequeno valor. [...] (Recurso Especial1225861 RS 2010/0207570-4. Relator Ministra NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma Cível. Julgado em 22/04/2014, DJe 26/05/2014.)

Outra decisão que deve ser ressaltada foi à proferida pela Quarta Câmara Cível no ano 2012, sobre anulação de doação onde a esposa alegou que seu marido comprou um imóvel e doou ao genitor da sua concubina. Após a observação do disposto no processo o relator votou a favor da apelação do cônjuge, fazendo com que a ré e demais indiciados devolvessem o valor da doação feita pelo marido ao patrimônio do casal.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE DOAÇÕES, CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE BENS. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO. AGRAVO RETIDO. RAZÕES NÃO REITERADAS NO BOJO DO APELO. NÃO CONHECIMENTO. MÉRITO. COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL COM RECURSOS FINANCEIROS SABIDAMENTE FORNECIDOS PELO HOMEM CASADO, SEGUINDO-SE DE DOAÇÃO SIMULADA À CONCUBINA [...] Descumprida a disciplina imposta pelo § 1º, art. 523 do CPC (Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação”), não se conhece do agravo retido. Agravo retido não conhecido. [...] Provimento parcial do apelo. Recurso provido. (apelação cível n.º 0000001-29.1996.8.05.0254, relator José Olegário monção caldas, quarta câmara cível TJ Bahia).

Diante do exposto a análise dos julgados de cada tribunal em questão, apresentou diferentes decisões sobre a temática, visto que ocorreu a resolução da problemática em cada caso exposto. É necessário acrescentar a necessidade da intervenção do poder judiciário para a resolução dos conflitos.

6. Revogação do contrato de doação

O legislador pátrio disciplinou a revogação da doação do artigo 555 ao 562. (BRASIL, 2002) Conforme preleciona o Código Civil de 2002 em seu artigo 555 há dois tipos de revogações: por inexecução do encargo na doação modal. (BRASIL, 2002, p.190). A mora pode ser determinada pelas partes através do vencimento do encargo, caso não ocorra esse acordo começará a contar a partir da interpelação judicial ou extrajudicial, fixando-se então um prazo tanto quanto razoável para a execução; depois de esgotado esse prazo então começa a correr o lapso prescricional para se propuser a ação revocatória da doação. Porém há hipóteses em que o cumprimento da obrigação acima referida deixa de constituir mora, como é o caso da força maior, ou caso fortuito excluindo assim a culpa fator este importantíssimo a ser provado (GONCALVES, 2010).

O segundo tipo aborda a questão da ingratidão por parte do donatário ocorrendo quando a doação for pura e simples. Aceitando o benefício, o donatário tacitamente assume a obrigação moral de gratidão ao bem feitor tendo que se abster de atitudes que demonstrem a ingratidão para com o doador. Caso contrário à revogação tem como principal finalidade penalizar aquele que não cuida devidamente do benefício que lhe foi atribuído “não cuida dos bens” (GONCALVES, 2010).

Considerações Finais

O contrato de doação é utilizado como um instrumento de liberdade para distribuição de seus bens, mas a legislação é necessária para controlar o

doador e resguardar seus herdeiros contra possíveis ruínas decorrente da doação.

Foram abordados neste estudo os principais elementos do contrato de doação, apresentando os limites postos pelo legislador de 2002, frente aos dispositivos de ordem pública do Direito de Família aplicáveis ao casamento sob a égide do regime da separação de bens, comunhão universal, comunhão parcial e dotal, inseridos nas relações entre: cônjuges, companheiros e concubinos, companheiros do mesmo sexo.

Contudo o Código Civil de 2002 atribuiu limitações dentro do regime de bens estabelecidos pelo casal, com o intuito de proteção do patrimônio dos mesmos, a fim de evitar a antecipação de herança. Nota-se a dificuldade da legislação em relação à doação para companheiros do mesmo sexo, pois utiliza-se o regramento da união estável, passando por um processo complexo de reconhecimento jurídico social.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**, v. 2. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **Adoção entre pessoas do mesmo sexo e os princípios constitucionais**. Revista Brasileira de Direito de Família, a. VII, n.30, p. 101, jun/jul.2005.

BAHIA, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Apelação Cível n.º 0000001-29.1996.8.05.0254**. Relator José Olegário Monção Caldas. Quarta Câmara Cível. Julgado em: 10 de abril de 2002.

BRASIL. *Constituição (1988)*. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Código Civil*. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n.º 337**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: Acesso em: 20 de outubro de 2015.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – Campus XII – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n.º 380**. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão de idade, inscrição em concurso para cargo público. Disponível em: Acesso em: 24 de outubro de 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. 3v. Curso de direito civil brasileiro. 25 ed. São Paulo: Saraiva 2008. 1v.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal. **Acórdão nº 413.583**. Relator Jair Soares. 1ª Câmara Cível. Julgado em: 22 de março de 2010.

DISTRITO FEDERAL, Superior Tribunal Federal. **Recurso Especial 1225861 RS 2010/0207570-4**. Relator Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma Cível. Julgado em 22 de abril de 2014.

GONÇALVES, Roberto Carlos. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva 11 edição, 2014.

GAGILIANO, Stozle Pablo. **O Contrato de Doação**. São Paulo: Saraiva 3ª edição, 2010.

_____. **O Contrato de Doação**. São Paulo: Saraiva 4ª edição, 2014.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Contratos**: Teoria geral e contratos em espécie. 3ª edição. São Paulo: Editora Método, 2008.

NEVES, Murilo Sechieri Costa. **Direito Civil 5**: Direito de Família. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

ECONOMIA E DIREITO: UMA INTERDISCIPLINARIDADE NECESSÁRIA

Adaltiva dos Santos Xavier, Edilene Fagundes, Léia Souza, Ravane Reis,
Yasmin Guimarães¹

RESUMO

Após o período da coleta, os indivíduos foram se organizando em sociedades, desde então tornou-se necessário à existência de regras de convivência. Com o aparecimento da escrita na antiga Mesopotâmia, surgiram vários códigos com o objetivo de melhorar o convívio entre os povos. Estas regras de convivência sempre estiveram atreladas à religião. Atualmente ao direito está dada a incumbência de organizar a ordem social e dentro da ordem social inclui-se também a economia, e por meio desta relação surge uma sociedade mais igualitária, harmoniosa e em desenvolvimento. Com a globalização as transações econômicas, principalmente na atualidade, fluem em um ambiente instável e incerto sendo necessária a adoção de procedimentos jurídicos que dão segurança aos acordos estabelecidos no mundo da economia.

Palavras-Chave: Economia, Direito, Sociedades, Pensamento econômico

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

São inúmeras as condicionantes que determinam as relações entre Estado e Sociedade. Temos os fatores políticos, sociais, jurídicos, econômicos, religiosos, culturais, etc., todos envolvidos em uma realidade dinâmica, que muda no tempo e espaço, sempre com alguma dessas fontes sobressaindo mais ou menos em relação às outras. Se ao Direito está dada a incumbência de organizar a ordem social e se dentro da ordem social inclui-se também a economia, podemos relacionar Economia e o Direito, para que haja uma sociedade mais igualitária, harmoniosa e em desenvolvimento. A relação entre economia e direito existe desde que o homem passou a viver em sociedade. Porém essa relação passou a ser estudada de forma sistemática, a partir do século XVIII com Adam Smith. Neste aspecto, foi abordado neste trabalho

¹ Graduandas do segundo semestre do curso de direito na Faculdade Guanambi

discussões que relacionam a economia e o direito. Porém para melhor compreender esta temática, inicialmente fez-se uma breve discussão sobre a origem do direito, em seguida, uma análise sobre a origem da economia com suas principais escolas, breve relato acerca dos ciclos econômicos no Brasil, objetivou-se também relacionar economia e direito baseados nos princípios constitucionais da Carta Republicana de 1988, e por fim foram abordados os aspectos econômicos atuais da economia brasileira que está ligada à economia política e de forma interdisciplinar com o direito econômico.

1 - A ORIGEM DO DIREITO

Após o período da coleta, os indivíduos foram se organizando em sociedades, desde então tornou-se necessário à existência de regras de convivência. Com o surgimento da escrita na antiga Mesopotâmia, localizadas às margens dos rios Tigres e Eufrates; surgiram vários códigos com o objetivo de melhorar a convivência entre os povos.

O código de Urna - mu foi o primeiro código existente, considerado o mais justo, aplicava-se a pena pecuniária, entretanto o Código de Hamurabi é o mais antigo código preservado, com 282 artigos, sua principal doutrina era olho por olho e dente por dente.

Segundo Flavia Castro (2007) na antiguidade era comum as regras de convivência estarem atreladas à religião, uma vez que, o monoteísmo nasceu da legislação mosaica (direito hebraico) considerada um direito imutável dado por Deus. Os hebreus eram povos nômades, agricultores e pastores, cultivavam o plantio de uvas e trigo.

É importante destacar também o código de Manu, a legislação mais antiga da Índia, redigida entre os séculos II a.C e II d.C. Manu era filho de Brama considerado pai dos homens, isto justifica a divisão da sociedade indiana em Castas: Brâmanis, considerados como os mais puros física e espiritualmente, Ksatryas, formada por guerreiros, Varsyas, composta por comerciantes e os Sudras conhecidos com a casta inferior.

O Direito Canônico, relacionado à igreja católica, também ditou as regras de convivência das sociedades por muito tempo. Tinha o poder de julgar seus eclesiásticos e andavam paralelo com a nobreza; no início possuíam o mesmo poder econômico da nobreza e posteriormente passou a ser detentora de todo poder econômico, religioso, político e espiritual.

O Direito Romano foi o que mais inspirou o direito no ocidente, inclusive o Brasil. No período arcaico, todo processo de defesa era feito de forma oral, seguia os rituais da época e era gratuito; no período clássico o processo era escrito e os jurisconsultos davam a última palavra acerca de um determinado contendo.

Mediante o exposto, é notório que o direito surge como meio de controle social, com o objetivo de melhorar a convivência entre os povos de diversas nações, em que cada sociedade, cada país, possui suas próprias regras que foram culturalmente construídas e que devem ser respeitadas.

2 - A ORIGEM DA ECONOMIA

Na antiguidade Aristóteles afirmou que a economia seria a administração do lar, pois se trata de uma ciência prática, em suma, a economia para o filho de Estagira deve se preocupar tanto com a casa e com a *pólis*, lidar com o uso de coisas necessárias para a boa vida, que é a vida moral da virtude, porque é isso que faz os seres humanos alcançarem a felicidade. Segundo Aristóteles o surgimento do dinheiro gerou o acúmulo de riquezas que ocasionou as desigualdades sociais.

É importante lembrar que na Grécia antiga, período em que viveu Platão e Aristóteles, a escravidão era vista como algo natural, cidadãos eram apenas os homens livres que possuíam a liberdade política, os escravos e as mulheres estavam excluídos. Porém anos depois, São Tomás de Aquino, defendeu a igualdade e acreditava que o acúmulo de capital gerava as desigualdades.

Já no período romano, com acúmulo de capital tornou-se necessário o surgimento de bancos, agentes financeiros que fomentavam a economia. Com

as cruzadas houve a expansão de territórios para acumular riquezas e desde então surgiram os títulos de créditos, papéis que possuem valor atribuído pelos bancos.

Por muito tempo o continente europeu foi considerado o centro da economia no mundo, sua localização geográfica, entre a África e a Ásia, fez com que toda região europeia se tornasse um ponto estratégico de passagem, o que ocasionou grande desenvolvimento na área da tecnologia e do comércio. Somente a partir do século XX que o predomínio econômico europeu começou a declinar, surgindo novos países no cenário econômico, como o Japão e os Estados Unidos.

Para melhor compreensão acerca da história da economia brasileira, faz-se necessário discorrer sobre as principais escolas do pensamento econômico que definiram as formas de economia no mundo ao longo dos anos. Cita-se duas grandes obras que fundamentaram a construção dos conceitos sobre as escolas, a saber: Paul Hugon (1980); Carneiro et al (1997).

2.1 ESCOLA MERCANTILISTA - Mercantilismo

O mercantilismo data da Idade Moderna determinada pelo conjunto de práticas econômicas difundidas na Europa entre o século XV e XVIII, onde passou por grandes transformações e surgiram novas organizações políticas, econômicas e culturais. Sua origem como prática econômica reside no momento em que a Europa passava por grande escassez de metais preciosos (ouro e prata). Neste período, havia a crença de que a riqueza de uma nação estaria na quantidade de ouro e prata que houvesse acumulado. Três medidas fazem parte do Mercantilismo: Metalismo - acúmulo de metais; Colbertismo - Jean B. Colbert, Ministro impulsionador das práticas protecionistas, onde o Estado deveria exportar mais que importar; Mercantilismo Comercial ou Marítimo - navegações.

O Mercantilismo é também muito identificado pela forte intervenção do Estado na economia, onde os Estados mais ricos impunham rígidas normas

para defender seus interesses. O consumo interno era controlado por práticas protecionistas que também se empenhavam em desenvolver indústrias locais. A colonização se encarregava de explorar novos territórios a fim de garantir acesso às matérias-primas e um canal de escoamento aos produtos gerados nas metrópoles. O Mercantilismo foi contestado a partir da segunda metade do século XVIII, sendo substituído pelo Liberalismo.

2.2. ESCOLA FISIOCRÁTICA - Fisiocracia

A Escola Fisiocrática tem seus representantes franceses que trabalharam juntos na elaboração de uma explicação geral da vida econômica, onde as riquezas das nações provinham unicamente do valor das suas terras agrícolas. É a primeira escola e sua obra data entre 1756 e 1778. O sucesso dos “Economistas” foi rápido e imenso. Faziam parte integrante do magnífico movimento intelectual e científico - o Enciclopedismo - desenvolvido a partir de 1750, com os seguintes nomes: Voltaire, Diderot, e, mais adiante Rousseau, Mably e Montesquieu dentre outros. Neste século eis que surgem as concepções principais da doutrina da nova Escola, a saber: A ordem natural e a ordem providencial.

2.2.1 A Noção de Ordem Natural/Providencial

Os fisiocratas julgam ser a *ordem natural* uma *ordem providencial*, pois é desejada por Deus para a felicidade dos homens, sendo as leis irrevogáveis e emanadas da essência dos homens e das coisas expressas pela vontade de Deus.

Pensam os fisiocratas que os fenômenos econômicos processam-se livre e independentemente de qualquer coação exterior, segundo uma ordem imposta pela natureza e regida por leis naturais. De acordo com o “Tableau Économique” (Quadro Econômico) do Dr. Quesnay, torna-se evidente esta ordem natural, classificando a sociedade em três classes: uma produtiva,

formada por agricultores; outra, formada pelos proprietários imobiliários e por fim a classe denominada estéril, composta pelos que se dedicam ao comércio, a indústria, serviços domésticos e às profissões liberais. A riqueza era calculada com base na produção da terra - agricultura.

Os fisiocratas acreditavam não colidir o bom preço, embora favorecendo diretamente o produtor agrícola com interesses no consumidor. Dessa forma as três classes da sociedade seriam beneficiadas, com aumento da riqueza total, assim, o bom preço atuaria no sentido de elevar todos os preços, quer da remuneração do trabalho, quer os do capital, quer os da terra. Nesta concepção há uma noção de harmonia entre o interesse individual e o geral que posteriormente servirá de base ao liberalismo econômico, pois, a noção providencial da ordem natural está intimamente ligada ao de liberdade, sendo esta a base do progresso econômico e social.

2.3. ESCOLA CLÁSSICA

Economia Clássica é o nome dado à primeira Escola Clássica Moderna do pensamento econômico, tendo seu marco inaugural com a obra *A Riqueza das Nações* do escocês Adam Smith, considerado o fundador da economia política. A referida obra trata-se da primeira abordagem sistêmica e abrangente das questões econômicas onde é abordada a criação e distribuição dos bens e serviços do dinheiro e do crescimento econômico, do papel das diversas classes sociais, do Estado e do comércio nos planos nacional e mundial dos mercados, dos tributos e da política econômica, tendo como núcleo do seu pensamento a criação e ampliação da riqueza, dependente fundamentalmente de se favorecer a *Divisão do Trabalho*, e com esta, a produtividade. A expansão e liberação de mercados e acumulação de capital são meios fundamentais para isso, e é em torno destas questões que se organiza a sua exposição, com fim de obter resultados.

Dentre suas teorias, a do *Valor* tem como fonte os salários que remuneram o trabalho; a renda da terra, que paga a utilização da terra, os

lucros, que remuneram a riqueza acumulada sob a forma de capital que é essencial para permitir o grau vigente da divisão do trabalho. A Teoria do *Capital e sua Acumulação* é uma das contribuições mais relevantes de Smith, tendo a elaboração do conceito de capital como importante elemento do processo produtivo e fonte de apropriação de valor sob a forma de *LUCRO*. O *Livre Comércio* e a “*Mão Invível*” (imagem metafórica), aqui ele ansiava a estimulação e ampliação dos mercados, por conseguinte a divisão do trabalho e o grau de especialização dos produtores, onde, apesar das decisões numa economia de mercado ser tomadas de modo descentralizado pelos seus produtores, seguindo seus interesses próprios, elas levam à consecução dos melhores interesses do conjunto da sociedade.

Os indivíduos percebem que podem se tornar mais ricos ao se especializarem numa atividade particular e assim contribuir, mesmo que não intencionalmente, para o aprofundamento da divisão do trabalho, portanto, ao buscarem seu próprio interesse, sem necessidade de nenhuma intervenção do Estado, onde a economia possa de auto regularizar, colaboram substancialmente para o crescimento do conjunto da riqueza da nação.

2.4. ESCOLA MARXISTA - Karl Marx

O marxismo apresenta-se em duas vertentes qual sejam uma que trata a parte sociológica e filosófica e a outra econômica. Sendo que a parte sócio filosófica tem por base a concepção do materialismo histórico, intimamente ligada à noção de luta de classes; a parte econômica relaciona-se com duas teses, a da exploração - a causa - estática e explicativa, e, da evolução - consequência - dinâmica e descritiva.

2.4.1 Concepção Sociológica do Marxismo

De acordo Paul Hugon (1980), “enquanto os socialistas espiritualistas julgam o poder do homem, através de sua razão e vontade, organizar um

mundo novo, graças a um princípio ativo que lhe peculiar, Marx, divorciando-se deste idealismo, qualifica-o como utópico”. Marx defende que não há lugar para o conhecimento imediato, e sim através das coisas, seja da história, do direito, da moral, da religião e da filosofia é que o espírito adquire a consciência de si, sendo esta consciência em si mesma, um produto social.

Inicialmente Marx se associa aos utopistas com a finalidade de criticar o capitalismo, entretanto, logo se afasta dos utópicos em decorrência da sua concepção materialista. Todavia, ele retorna à ideia de uma ordem natural e espontânea por entender que seria a melhor ordem para a sociedade. Com relação aos fenômenos econômicos ele estuda suas variações e movimentos e, os liames entre eles existentes do decurso do seu desenvolvimento na perspectiva de descobrir as leis de uma economia não no ponto morto, e sim, em constante movimento e transformação. Através do estudo da história por meio da dedução, Marx pretende por em evidência esta evolução, para ele tão certa e inevitável quanto à forma da sociedade que daí resultará.

O materialismo econômico consiste na tese de acordo com a qual as transformações de ordem material dependem das que operam as técnicas de produção. Significa dizer que a infraestrutura econômica da sociedade é ditada pela maneira de produzir, e determina a sua superestrutura, ou seja, a moral, a arte, a literatura, a religião.

No passado os modos de produção e o regime de propriedade eram ambos individuais. Atualmente a produção passou a ser coletiva consequente do progresso da técnica promovida pelo maquinismo, onde o operário vende o seu trabalho aos detentores do capital. Já a propriedade dos meios de produção continua sob o regime individualista. Esta situação configura o antagonismo entre as classes, historicamente, desde sempre e em todas as épocas a produção acarretou a divisão das sociedades em dois grupos opostos: um, de detentores dos meios de produção e outro, os dos fornecedores da força de trabalho. Categoricamente, na sociedade antiga as classes eram divididas em senhores e escravos; no feudalismo em senhores e

servos; no capitalismo - os capitalistas os patrões e o proletariado seus empregados.

A evolução da sociedade prossegue em meio a violentos conflitos que se renova constantemente. Se antes o proletariado era a classe social definida por ausência na posse dos meios de produção, atualmente, em decorrência da crescente industrialização da sociedade e por ocasião do fortalecimento da classe proletária, há maior possibilidade de que a propriedade passe de individual à coletiva, de forma que o capitalismo seja substituído pelo coletivismo e prosseguindo assim a sociedade na sua contínua evolução. Este fenômeno leva Marx, passar do plano sociológico e para o econômico no sentido de comprovar a existência de exploração que está sujeito o operário, e a inexorável evolução da sociedade, que, de capitalista transforma-se em coletiva.

2.4.2 Concepção Econômica do Marxismo

2.4.2.1 A tese da exploração

Marx apresenta a tese da exploração sob dois aspectos complementares, sendo o Econômico e o Social. No econômico, o trabalho constitui o valor dos produtos. No social o valor do produzido deve pertencer a quem fornece o trabalho, ou seja, ao operário. Se o empregador e o capitalista reservam para si parte do produzido, logo o operário não recebe integralmente o produto do seu trabalho, ao qual tem o direito. Assim Marx desenvolve no aspecto econômico sobre a exploração à teoria do valor do trabalho, e, no aspecto social se expressa na teoria da mais-valia.

2.4.2.2 A Teoria do Valor-Trabalho (aspecto econômico)

Marx considera as teorias da Escola Clássica tendo os fatos como expressão do sistema capitalista, com pretensão de evidenciar o sentido da

sua evolução. Desta maneira, a teoria do valor-trabalho de Marx consiste no prolongamento do valor-trabalho exposta por Adam Smith e por Davi Ricardo. Na conclusão de Ricardo pela escola clássica inglesa, ele demonstra sua teoria sob dois aspectos: a) ser o trabalho a fonte de todo valor; b) ser impossível adquirir o operário, com o salário, o produto do seu trabalho. Marx adotou estes conceitos, mas, acrescentou alguns elementos de ordem secundária, dizendo que “o valor do trabalho é o cristalizado”. Com isso implantou a ideia de relação de causalidade, direta e absoluta entre o valor e o trabalho, onde, o valor de uma mercadoria será maior ou menor segundo o maior ou menor número de horas necessárias para a fabricação e sua produção.

Adam Smith distinguira o trabalho fácil do trabalho difícil (requer aprendizagem). Marx imprime nova terminologia diferenciando trabalho simples de trabalho qualificado. O trabalho qualificado leva até cinco vezes mais horas trabalhadas em relação ao trabalho simples, com auxílio de meios técnicos e em função do socialmente necessário (fabricação de um produto para um meio social específico) onde o preço final do produto sofrerá variações de unidade em função de o trabalho ter sido manual ou mecânico.

Embora Marx considere justo que o trabalhador obtenha todo valor pelo seu trabalho, reconhece que é impossível adquirir o produzido com ele, tornando-se vítima, na sociedade capitalista, de uma verdadeira exploração social.

2.4.2.3 A Teoria da Mais-Valia (aspecto social)

Marx, retomando uma distinção feita por Adam Smith, considera a circulação e a constituição do capital, para distinguir dois aspectos de circulação dentre os períodos pré-capitalista e capitalista. Até meados do século XVII, a circulação de capital se fazia de forma simples, mormente entre os lavradores, sendo determinada pelo sistema de troca entre os produtos ou mercadoria (preço cristalizado era igual à quantidade de trabalho), era

considerada justa esta troca no período pré-capitalista. Esta situação se modifica no período capitalista, tendo início com a moeda e o término com a moeda. O empreendedor adquire sua matéria-prima, o maquinário e paga a mão de obra através da moeda. Ao término da produção vende seu produto e recebe em moeda. Se o custo final de determinado produto for elevado a percentual de 30% sobre este valor, por exemplo, tem-se que o empreendedor obtém um lucro. Com esta operação, desaparece a igualdade entre a quantidade de trabalho cristalizado no produto e a quantidade de trabalho cuja aquisição deste produto possibilitará, com isso, o capital de empreendedor aumenta com a circulação no ciclo de produção. Configurando, portanto, que no sistema capitalista, as trocas são desiguais, sem base justa.

Paul Hugon (1980, p.216) diz que esta exploração é inerente ao regime capitalista; resulta de suas contradições internas e está conforme a sua própria natureza. Suprimi-la independe, pois, da vontade do empreendedor. Só poderá desaparecer com o afastamento do próprio regime. A explicação deste fenômeno constitui a tese marxista da mais-valia.

2.4.2.4 A Tese da Evolução

A tese da evolução, que o marxismo designa de “catastrófica” revela um capitalismo constituído no passado como força econômica necessária. Entretanto, nos dias atuais o capitalismo já não preenche mais as funções econômicas e sociais comprovadamente pela existência de sucessivas crises. Acredita que no futuro haverá o desaparecimento do capitalismo, pois, possui em si mesmo os germes da destruição que proliferam sob a forma de fenômenos de concentração e de proletarianização crescentes.

2.5. ESCOLA NEOCLÁSSICA

O pensamento econômico Neoclássico designa as diversas correntes que estudam a formação de preços, à produção, e a distribuição de renda através do mecanismo da oferta e da demanda dos mercados.

Neste pensamento econômico, desenvolvidos por alguns liberais no final do século XIX, atribui valor do produto não pela hora do trabalho, mas sim pela utilidade que este tem para o consumidor, ou seja, a capacidade que determinado produto tem de ser necessário para o consumo.

2.6. TEORIA KEYNIANA - Keynes

Data de 1936 a publicação do livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de autoria de J. M. Keynes, nascido em Cambridge, professor, teórico, economista, conselheiro de governos, conferencista internacional com louvável importância durante a segunda guerra mundial, autor de destacadas obras no campo econômico, faleceu aos 63 anos de idade, em 1946.

Esta obra em especial, é considerada pelo seu conteúdo relevante, importante para a abertura de um novo período na perspectiva da evolução da ciência econômica e política. Keynes chama a sua teoria de “geral” e neste sentido faz uma contraposição à teoria “clássica”. Em sua opinião, a teoria clássica é considerada particular, parcial à atividade econômica, e justifica afirmando que é particular porque se apoia em uma hipótese nem sempre confirmada, ou seja, do pleno emprego; por eliminar a moeda de seus raciocínios e por fim apresentar o problema econômico como individual e fragmentário.

Para os clássicos e neoclássicos, todos dentro de uma sociedade encontrariam trabalho, não consideravam a existência do desemprego. Mesmo com esta visão simplista do mercado econômico, estabeleceram as regras de formação e variação dos preços das mercadorias e dos serviços (taxa de juro, de salário, de lucro, de renda). Keynes defende a necessidade de revisão de preços em função da realidade, a influência do emprego (pleno emprego) sobre o equilíbrio econômico, portanto, defende que as causas do desemprego, de

suas relações e quais forças a determinam para o equilíbrio da economia; Quando os clássicos eliminam a moeda de seus raciocínios, Keynes adverte para a importância da moeda como instrumento que, de maneira dinâmica e não estática (clássico), promove sistematicamente o fenômeno monetário para o equilíbrio econômico. Na ideia clássica do individualismo, onde a visão dos empresários seria a combinação de fatores de produção (mão-de-obra, capital, matérias-primas) ou da repartição dos rendimentos provenientes da produção (salário, juro, lucro), Keynes então, propõe uma visão de mudança da microscópica para macroscópica do estudo econômico. Enquanto na teoria clássica se explica o equilíbrio econômico através da lei de oferta e da procura, na teoria geral Keynesiana, vai em seus estudos tomar por base novos princípios.

2.6.1 Princípios Gerais da Teoria Econômica de Keynes

Enquanto os clássicos admitiam que a lei do mercado fosse formada pela oferta (produção) e que este fator levaria à procura (consumo), lei da oferta e demanda; Keynes, ao contrário, julga que o emprego seria agente motor do sistema econômico, pois, ele varia no mesmo sentido que o rendimento global, ou seja, o gerador da procura global, dependente de três fatores psicológicos, elementos variáveis e independentes entre si - quais sejam: 1.a preferência pela liquidez; 2.o estímulo para investir; 3.a propensão a consumir:

2.6.1.1 Preferência pela liquidez

Preferência pela liquidez - consiste na preferência dada ao dinheiro líquido a qualquer outra forma de riqueza. Explicados por três principais motivos: Transação - os homens são levados a conservar o seu dinheiro sob forma líquida para atender as necessidades de compra habituais, significa que o empreendedor deverá dispor das somas necessárias aos pagamentos das

despesas entre o momento de contrair as obrigações e o de percepção das receitas.

Precaução - determinada pelo desejo de segurança onde procuram conservar o dinheiro sob forma líquida para socorrer as despesas imprevistas. Especulação - o mais importante dos estímulos, ligadas diretamente às futuras variações das taxas de juros. Neste momento, sob temor, e que as taxas estiverem favoráveis e os custos muito elevados, os especuladores conservam o dinheiro sob forma líquida, na expectativa de utilizá-lo em oportunidade mais lucrativa.

2.6.1.2 Estímulo para investir

Este estímulo para investir depende do rendimento, previsível, do capital (procura dos empreendedores) e do custo de reposição do capital (determinando o preço da oferta). Significa que para investir depende da estimativa do rendimento futuro que é determinada pela eficiência marginal do capital traduzida pela relação entre o rendimento, previsível, dos bens de produção (máquinas) e o preço da reposição destes.

2.6.1.3 Propensão a consumir

Ocorre quando uma população manifesta seu desejo pela aquisição de bens ou produtos e para isso reserva uma parte do ganho ou rendimento, para imediata aquisição destes bens de consumo. É a relação estabelecida entre as despesas de consumo e o rendimento global em determinada comunidade.

Estes três elementos vão determinar o volume de emprego que se estabelecerá numa sociedade e o volume da produção daí resultante, consideradas as influências deste elementos somados aos volume da moeda existente .

2.6.2 A Revolução Keynesiana e suas Consequências para a Política e a Doutrina Econômica

Novamente Keynes volta a referir sua crítica aos economistas clássicos, quando identifica falhas, através de seus estudos teóricos, nos mecanismos auto reguladores de modo que estes não conseguiram corrigir certos desequilíbrios, ocasionados, por conseguinte em situações de subemprego e que poderiam se prolongar, e não havendo a reabsorção no mercado de trabalho.

Por isso, Keynes defende a intervenção do Estado. Sendo o fundamento teórico do intervencionismo do Estado identificado pela primeira vez na Inglaterra. Ele entende que a intervenção do Estado deve ocorrer de forma mais ou menos permanente, principalmente no tocante à política de manipulação monetária atuando sobre os três elementos variáveis acima citados, dos quais depende o volume do emprego e da produção. O esperado é que o Estado exerça sua influência sobre a preferência sobre a liquidez, de modo que a política monetária e fiscal (impostos/tributos) estimulem as despesas suscetíveis a aumentar o emprego, sendo estas despesas fomentadoras de consumo e investimento.

O juro constitui a peça central do sistema de Keynes quando ele insiste numa política de dinheiro barato, efetivada através da redução na taxa de juros, sendo esta política necessária à expansão do crédito. É igualmente favorável a uma política de mercado livre. Esta política é calcada num governo capaz de assegurar a minimização do subemprego e que a política do pleno emprego poderá ser adotada isoladamente pelas diferentes nações, entretanto, a colaboração internacional facilitaria a realização dos seus objetivos. Para Keynes, quando há o interesse nas trocas internacionais entre seus produtos ou serviços para o estrangeiro, o emprego aí estabelecido equivale à mesma vantagem que do investimento e é neste ponto que o quadro passa de política nacional para mundial.

A partir das ideias de expansão das trocas que se deu através da política de investimentos internacionais, servindo de base ao “Plano Keynes”, apresentado em 1943, assim como o “Plano White” norte-americano, este foram apresentados à conferência Bretton Woods (1944), que culminou também na criação do Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Econômico. Na Conferência de Havana foi reconhecida a necessidade de uma política ativa por parte do Estado a fim de garantir o pleno emprego.

A partir da publicação, em 1936 de sua teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Keynes, neoclássico, preconiza o controle econômico por parte do Estado, elencando as seguintes atribuições: controle da moeda e do crédito; aplicação de uma política tributária e de seguro social com fins econômicos (consumo); realização da política de grandes obras públicas (investimento privado). Todo este legado repercutiu favoravelmente para a ciência econômica, exercendo forte influência dentro e fora da Inglaterra, possibilitando o alargamento de novas concepções no quadro dos estudos econômicos proposta pela revolução Keynesiana.

2.7 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo emergiu a partir de uma necessidade de resolver um conflito estabelecido entre o liberalismo clássico e a economia planificada coletivista, cujo propósito ensinava evitar a repetição de falhas em crises econômicas ocorridas em 1929 e, criar uma economia de mercado sob orientação e regras de um Estado forte que viria a ser denominado economia social de mercado. Sofreu influência direta da Escola Clássica em todos os países a partir do século XVIII. Trata-se de uma doutrina recente, que surge na década de 1930, próxima do advento da Segunda Guerra Mundial, reunindo economistas de renome, como Robbins, Louis Baudin, Van Zeeland, dentre outros.

A doutrina neoliberal, em uma noção de Estado libertador, liberador de todos os obstáculos opostos ao livre funcionamento do mecanismo dos preços, prevê também a possibilidade de que o Estado exerça de forma permanente, sua atuação em certos setores da economia social, tomando medidas necessárias para reduzir ao mínimo as injustiças econômicas ou mesmo evitá-las, de forma que o Estado sai do cenário econômico como agente e passa a ser um simples regulador e promotor do bem estar social.

No Brasil, foram implementadas a partir da década de 1970/1980 políticas públicas de liberalização econômica como privatizações, livre comércio etc., e o corte nas despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia. Atualmente o governo brasileiro utiliza o termo “Concessão” em substituição à “Privatização”.

2.8 ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: Abordagem Histórica

Desde a colonização a economia brasileira, registrou inúmeras fases. Elencou-se algumas das mais significativas do ponto de vista do desenvolvimento econômico, político e social para o crescimento do país, na perspectiva dos autores Amaury P.G., Marco Antônio S.V. e Rudinei T.Júnior na obra Economia Brasileira Contemporânea (2010).

2.8.1 Os ciclos e economia exportadora

Desde a época colonial (1500-1822), passando pelo período Imperial (1822-1889) até a República Velha (1889-1930) a economia brasileira valeu-se quase que em sua totalidade do bom desempenho de suas exportações, mormente com a produção agrícola do período. O Brasil se destacava como uma economia agroexportadora, sendo os principais produtos o café, algodão, açúcar, borracha entre outros. A partir destes produtos foram denominados os ciclos da economia brasileira - o ciclo do café, o ciclo do açúcar, o ciclo do ouro, e assim por diante. No período da República Velha, com a produção do

café na região Sudoeste do Brasil, foi considerado o período áureo desse tipo de encomia e do ciclo do café.

No Império e na República Velha, o bom desempenho da economia brasileira dependia das condições do mercado internacional para produtos exportados. Estes preços não eram controlados no Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de café à época. Boa parte do mercado era controlada por grandes companhias atacadistas que especulavam com os estoques e a demanda oscilava de acordo com o crescimento mundial. Dessa maneira, as crises internacionais, marcadas por guerras, criavam sérias dificuldades para o Brasil, principalmente nas explorações do setor cafeeiro, determinando a vulnerabilidade da economia agroexportadora.

2.8.2 Processo de Substituição de Importações

Esta fase foi marcada na década de 30 com o deslocamento do centro dinâmico por ocasião do processo de substituição de importações no Brasil. A crise de 1930, iniciada no Estados Unidos e que se repercutiu rapidamente na Europa, chegou no Brasil por uma rápida queda na demanda do café seguida por uma forte queda em seus preços. A forma como o Brasil se posicionou frente a esta crise foi denominada deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, onde é típico em produtos de agroexportação, no caso o café, deixando de ter seu foco na demanda externa e voltando esta atividade para o mercado interno, precisamente para o consumo e o investimento doméstico.

2.8.3 A Crise do Milagre (1960-1973)

Na década de 60 houve uma grande mudança para a sociedade brasileira. Do ponto de vista político, foi à transição do processo Democrático para um Regime Militar fortemente autoritário, que ocasionou uma crise no setor econômico, especialmente depois de 1963, considerada a primeira

grande crise em sua fase industrial, queda na taxa de crescimento da renda brasileira e aceleração da inflação. Este período foi considerado de grande instabilidade política.

O golpe militar de 1964 impunha de forma autoritária, uma solução para a crise política, sendo uma pré-condição ao encaminhamento técnico das medidas de superação da crise econômica com reformas institucionais e a condução da política econômica de forma adequada e segura. Houve neste período alguns fatos relevantes para o combate à crise econômica que assolava o país, como: medidas de combate à inflação; reformas institucionais; reforma tributária; reforma monetário-financeira com a criação do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, através da lei nº 4.595; criação do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, através da lei nº 4.320; reforma da política externa entre outros.

2.8.4 O Milagre Econômico

A busca do crescimento processou-se com o investimento em setores diversificados e com menor participação do Estado, ou seja, baseado na participação ativa do setor privado. Este crescimento também foi marcado como uma necessidade para legitimar o regime militar, que procurou justificar sua intervenção na necessidade de eliminar a desordem econômica e político-institucional, e recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

De 1968-1973 foi período caracterizado pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente mantendo-se a estabilidade dos preços. Houve um crescimento significativo com destaque para o setor industrial e, por conseguinte manutenção das taxas de inflação, decorrentes das reformas institucionais. As diretrizes do governo colocava o crescimento econômico como objetivo principal, sendo suas principais fontes de crescimento no período:

- Retomada do investimento público em infraestrutura - reforma fiscal;

- Aumento do investimento das empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce);
- Demanda por bens duráveis - ampliação do mercado consumidor familiar;
- Construção civil - aumento nas habitações financiado pelo SFH;
- Crescimento das exportações - crescimento no comércio mundial, incentivos fiscais, alterações na política externa.

2.8.5 Crescimento Forçado e Crise da Dívida

No plano econômico, os anos 70 foram difíceis e muito conturbados, pois, naquele período ocorreu o choque do petróleo tido como elemento fundamental da matriz energética mundial, com elevação substancial dos preços e também foi rompido o acordo internacional firmado durante a Segunda Guerra Mundial que tinha como propósito estabilizar as taxas de câmbio internacional.

O crescimento econômico acelerado ao longo do Milagre também acabou por causar desequilíbrio em alguns setores que gerariam pressões inflacionárias e problemas na balança comercial. O balanço de pagamentos gerou déficits no saldo de transações correntes provocados pelo aumento do valor das importações do petróleo e também os bens de consumo de capital, necessários para manter o nível de produção corrente no milagre econômico.

O início da década de 1980 deu origem ao período de recessão da economia brasileira em função da reação à chamada crise da dívida externa. A piora da situação cambial levou o governo a reverter a política econômica e adotar uma política denominada “ajustamento voluntário”, pois ainda não havia recorrido ao FMI no intuito de renegociar a dívida, o que inevitavelmente, ocorreria mais tarde.

2.8.6 Economia Brasileira Pós-Estabilização

Começou a ser implantado a partir do final de 1993, o plano tido como o mais engenhoso para o combate à inflação já registrado no país. Após uma série de planos heterodoxos na Nova República, o Plano Real. Este plano conseguiu reduzir a inflação e mantê-la sob controle durante um longo período de tempo. No decorrer do advento de evolução dos tempos, nos deparamos com o processo denominado Globalização, que se manifesta nos aspectos comercial, produtivo, financeiro e institucional. Esta nova fase tem promovido intensas medicações e readaptações nas estruturas econômicas criando uma ampla valorização do mercado, com preocupação crescente na esfera da competitividade, que diminui a participação do Estado, o que configura a retomada do chamado liberalismo econômico.

3 O DIREITO E A ECONOMIA

São poucas as discussões que relacionam o direito e a economia, no entanto a história do surgimento das sociedades está intrinsicamente ligada a estas duas áreas do conhecimento. As transações econômicas, principalmente na atualidade, fluem em um ambiente instável e incerto sendo necessária a adoção de procedimentos jurídicos que dão segurança aos acordos estabelecidos no mundo da economia.

Ao Direito está dada a incumbência de organizar a ordem social e dentro da ordem social inclui-se também a economia, e por meio desta relação surge uma sociedade mais igualitária, harmoniosa e em desenvolvimento.

A globalização é um fenômeno que têm os economistas e os profissionais do direito como alguns dos seus principais atores, pois é um processo caracterizado pela integração econômica internacional que, diferentemente do processo de integração do século XIX, é cada vez mais regulamentado e dependente de contratos na organização de mercados e de relações obrigacionais.

Alguns estudos analisam empírica e conceitualmente como direito e a economia interagem diferentemente nos sistemas de civil e common law, não apenas advertindo que o primeiro protege mais fracamente os direitos de propriedade privados, mas também ponderando as implicações práticas dessas diferenças para o desenvolvimento econômico dos países.

Os sistemas legal e judicial impactam no desempenho de uma economia, como às várias medidas de risco país produzidos pelas agências de *rating*, que sempre avaliam as instituições jurídicas do país, assegurando os direitos de propriedade, porque o judiciário é uma das instituições fundamentais para o sucesso do novo modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado no Brasil e na maior parte da América Latina, tanto pelo seu papel em garantir direitos de propriedade, como o de fazer cumprir contratos.

No entanto são válidos alguns questionamentos acerca dessa estreita relação entre direito e economia quanto à unidade de objetivos e percepções, principalmente no que diz respeito ao desempenho para atender aos interesses da sociedade. Neste sentido, vale refletir sobre a observação Stigler (1992, p. 455-68) citado por Pinheiro (2003, p. 03).

Enquanto a eficiência constitui-se no problema fundamental dos economistas, a justiça é a preocupação que norteia os homens do direito (...) é profunda a diferença entre uma disciplina que procura explicar a vida econômica (e, de fato, todo o comportamento racional) e outra que pretende alcançar a justiça como elemento regulador de todos os aspectos da conduta humana. Esta diferença significa, basicamente, que o economista e o jurista vivem em mundos diferentes e falam diferentes línguas.

Desta forma torna se importante a percepção do judiciário quanto à repercussão de suas decisões para a economia. Os economistas por sua vez devem buscar compreender os fundamentos institucionais que sustentam suas estratégias de desenvolvimento. Segundo Stigler, é necessário que os economistas e juristas, passem a viver no mesmo mundo e quem ganha com isso não são apenas os dois grupos, mas a sociedade como um todo.

3.1 Constituição Econômica

O termo *ordem econômica constitucional* é compreendido como um conjunto de regras jurídicas e princípios que estabelecem formas de organização e funcionamento da economia. E quando a economia se efetiva na relação entre os sujeitos econômicos, essa relação pode ser objeto de ordem jurídica, sendo a ordem econômica entendida como *ordem jurídica da economia*.

A Constituição do México de 31 de janeiro de 1917 e a Constituição Alemã de Weimar em 11 de agosto de 1919 foram às primeiras as incluírem ao seu texto constitucional questões relativas à ordem econômica. No Brasil, ocorreu com a Constituição de 1934, no Título IV, tratando da “Ordem Econômica e Social”.

Com a Constituição de 1988, a Ordem Social foi separada da Ordem Econômica, sendo esta fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, passando a integrar o Título VII- “Da Ordem econômica e Financeira”, compreendendo os artigos. 170 a 192, da Carta Magna.

O artigo 170 da CF/88 assim dispõe:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Notamos que a Constituição Econômica brasileira, não se limita apenas a um papel de organizar atividade econômica, aqui com caráter estatutário, ela também tem outra função que é a função diretiva programática, é a Constituição tendo como objetivos implementar políticas públicas que reduzam a miséria, as desigualdades regionais e sociais. Então temos um alargamento do campo da Constituição brasileira, hoje o constitucionalismo tem como grande preocupação o aspecto econômico e social, podemos encontrar, portanto, uma ordem econômica e uma ordem social.

Conforme destaca Maurano (2006), os princípios gerais da atividade econômica, descritos na carta republicana de 1988, aponta a necessidade da estruturação de um sistema econômico descentralizado quando se afirma que a ordem econômica é baseada na valorização de trabalho e na livre iniciativa.

A Constituição Federal de 1988 traz os institutos básicos do modo de produção capitalista, quando elenca a propriedade privada (arts. 5º, XXII e 170, IV), a liberdade de contratar, a livre iniciativa (art. 170 *caput*) e a livre concorrência (art. 170, IV), com predileção à exploração econômica pela empresa privada(art.173).

Embora tenha havido uma separação estrutural, a Carta trata, com grande ênfase, da ordem social, assentada no art. 6º, na valorização do trabalho humano, no comprometimento com o bem-estar e justiça social e com o desenvolvimento nacional.

O texto constitucional adota um modelo econômico composto que protege os princípios liberais da livre iniciativa e da concorrência, assim como sustenta a atuação normativa e reguladora do Estado brasileiro frente à atividade econômica.

3.2 Aspectos Econômicos Atuais

O mundo atual está dividido em grandes blocos econômicos que estão interligados, nos últimos anos vários países têm sofrido com a crise econômica, como a crise financeira dos Estados Unidos da América em 2008, a crise

financeira na Grécia em meados de 2010. Em geral estes países que possuem grande poder econômico quando passam por crises acabam afetando outros países, em especial os que estão em desenvolvimento, à crise na Grécia afetou inclusive toda a zona do euro, fazendo com que a moeda diminuísse o seu valor.

O Brasil é considerado um dos países líderes no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, sua economia tem se mostrado estável, com crescimento positivo nos últimos anos. No entanto vive atualmente uma situação peculiar que se trata da crise política o que consequentemente ocasionou déficit na economia do país. Ao realizar um recorte na história, torna-se impossível falar da economia brasileira, sem mencionar a sua conjuntura política. O país passa hoje pela crise da democracia da representatividade, não há uma preocupação por parte dos representantes com a população ou com o país, e sim disputas por poder que prioriza interesses individuais, transformando projetos políticos em projetos de permanência no poder.

A atual Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, primeira mulher eleita ao cargo máximo do executivo no Brasil, é acusada por Hélio Pereira Bicudo, Janaina Conceição Paschoal e também foi incluso Miguel Reale Júnior, também foi denunciada pela Ordem dos Advogados do Brasil, por Crime de Responsabilidade. Baseados na Constituição Federal art. 85, a OAB prescreve em sua petição:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;*
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*
- IV - a segurança interna do País;*
- V - a probidade na administração;*
- VI - a lei orçamentária;*
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.*

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Em virtude da complexidade da denúncia, será discutido de forma sucinta neste texto apenas o Crime de responsabilidade que diz respeito a lei orçamentária. Neste sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB utilizou-se a Lei n.1.079, de 10 de abril de 1950, cuja recepção foi aceita pela Constituição Federal de 1988, e também foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, que estabelece o seguinte:

- 1- Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da república dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;*
- 2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;*
- 4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.*
- 8) Deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício Financeiro; (incluído pela Lei n. 10.028, de 2000).*
- 9) Ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (incluído pela Lei n. 10.028, de 2000).*
- 10) Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (incluído pela Lei n. 10.028, de 2000).*

Baseados na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº.1.079, de 10 de abril de 1950, que em embasaram a denúncia de crime de responsabilidade contra a atual Presidente da República, vez que a denúncia foi aceita por três quintos dos votos da Câmara dos Deputados, no dia dezessete de abril de dois mil e dezesseis, e atualmente foi constituída no Senado Comissão Especial de avaliação para aceitação ou não do processo.

Desta forma, torna-se evidente a relação entre direito e economia, pois em situações de instabilidade econômica de uma determinada nação, as decisões judiciais tem se mostrado impactantes para economia, podendo produzir situações favoráveis ou não, para a sociedade como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da argumentação desenvolvida, neste, é possível perceber que a relação entre a economia e o direito existe desde que o ser humano passou a viver em sociedade. Entretanto, tal relação só começou a ser estudada de forma sistemática a partir do século XVIII, com a colaboração dos autores do Pensamento Econômico.

A evolução da economia pôde ser claramente evidenciada no decorrer das Escolas juntamente com a necessidade de regulamentação das relações entre o Estado e a esfera econômica, portanto, atualmente, diversos centros de estudos e universidades ainda dedicam-se a estudar as interações entre as duas áreas de conhecimento.

A interação entre ambas aparece no Direito do trabalho, Direito administrativo, Direito comercial, Direito civil e no Direito constitucional, sempre com variações de intensidade da ligação, todavia uma dependente da outra. Ou seja, uma boa regulamentação de mercado e uma legislação clara e objetiva são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia de mercado e uma sociedade civil organizada.

É fato que a crise mundial, desencadeada a partir dos países desenvolvidos, provocou um desequilíbrio econômico nos países emergentes em razão da diminuição das negociações determinadas pelo fenômeno de globalização. No Brasil, este declínio do mercado em conjunto com a crise política atual, deixou graves consequências que desestabilizaram a economia, como: o aumento das taxas de desemprego, fechamento de empresas dos mais diversos setores, corte de financiamentos de crédito, dentre outros. Ou seja, levando em consideração os prejuízos deixados, é possível afirmar que a intensidade com que a crise se instalou no Brasil foi umas das maiores dentre os países subdesenvolvidos e requer muito trabalho para amenizá-la.

Nesta direção, a jurisdição brasileira, intenta combater a corrupção com ações penais. Faz-se urgente e necessário à reorganização do sistema

político-econômico nacional, através de investigações que demonstram a ação dos responsáveis, vez que, o rombo financeiro provocado aos cofres públicos pelos governistas tem provocado à desestabilização do setor econômico e consequentemente vem enfraquecendo as condições de vida digna dos seus habitantes. Por isso, do ponto de vista jurídico, as penalidades aos devidos corruptores devem atender aos anseios da população no sentido de coibir a má administração pública, zelando pela preservação patrimonial legítima do povo, inclusive por que a corrupção pode mudar a cultura de uma nação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA ALVES, José Carlos. **Curso de Direito Romano**. 13^o Ed. Rio de Janeiro, Forense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, R. (org.), **Os Clássicos da Economia**. Vol. 01. 1^a edição. Série fundamentos. São Paulo. Ed. Ática, 1997.

CASTRO, F. L. **História do Direito Geral e Brasil**. Rio de Janeiro: 5^a Ed. Lumen Juris, 2007.

FRANCO FILHO, Alberto de Magalhães. **Breve análise da Ordem Econômica Constitucional brasileira**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 70, nov. 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php_link=revista_artigos_leitura&artigo. Acesso em abr. 2016.

GREMAUD, A. P.; VASCONSELOS, M.A.S.; TORETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: 14^a ed. Atlas, 1980.

MAURANO, Adriana. **Sistema e modelo econômico na Constituição de 1988**. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 918, 7 jan. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

STIGLER, George, J., “**Law or Economics?**”, The Journal of Law and Economics, October 1992, Vol.35, No. 2, 455-68.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

Revista Empreender

Revista interdisciplinar do Curso de Administração – Departamento de Educação – *Campus XII* –
Universidade do Estado da Bahia
<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/administracao/revista-empreender/>

EDITAL DE CHAMADA PARA ARTIGOS.

A Coordenação da Revista Empreender informa aos interessados que está recebendo artigos para publicação, podendo os artigos ser submetidos continuamente, após aprovação poderão ser publicados em números posteriores da revista.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO:

- ✓ Os textos deverão ser enviados para o e-mail jrcruz@uneb.br
- ✓ Os textos devem ser enviados em arquivo digital no formato doc. ou rtf.
- ✓ A formatação deve observar o seguinte: na fonte Arial ou Times News Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5cm, margens esquerda e superior 3cm e margens direita e inferior 2cm, sem espaço entre os parágrafos, com formato justificado.
- ✓ Os textos em devem ser escritos de acordo com a regra de apresentação de artigos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABN – NBR6022, de maio de 2003.
- ✓ As citações diretas (até 3 linhas) deverão ser integradas ao parágrafo e entre aspas. As citações diretas longas (mais de três linhas) com recuo de 4 cm da margem esquerda. Deverá ser usado o sistema autor-data.
- ✓ Os textos enviados serão submetidos ao Conselho Editorial da Revista.
- ✓ O envio de qualquer texto implica a cessão integral e gratuita dos direitos autorais à Revista.
- ✓ Os artigos publicados representam a expressão do ponto de vista de seus autores.
- ✓ Os textos devem apresentar originalidade e ineditismo, abranger áreas do conhecimento relacionadas a administração, direito e contabilidade, com mínimo de 10 e máximo de 30 páginas.
- ✓ As eventuais correções/alterações recomendadas devem ser realizadas no prazo de três dias.
- ✓ Os autores devem preencher o formulário anexo, assiná-lo e enviar em outro arquivo digital, anexando-o na mesma mensagem em que for anexado o artigo.

REVISTA EMPREENDER

Universidade do Estado da Bahia – *Campus XII* – DEDC – Guanambi/BA
Revista Interdisciplinar do Colegiado do Curso de Administração, v.1 n.1 2016
ISSN 2526-7116

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS

Por meio deste, submeto o artigo: _____

_____ ,
bem como autorizo sua publicação em um dos números da Revista Empreender (revista do
Curso de Administração do *Campus XII* da UNEB), cedendo gratuitamente os direitos autorais.
Ao ensejo, declaro também que o trabalho é inédito e original, não está submetido à análise em
outro periódico.

Guanambi/BA, de _____ de _____

(Assinatura por extenso e legível dos autores, com indicação do endereço e CPF ou RG de cada um.)

Assinatura: _____

Nome do autor:

Endereço:

Contato:

CPF ou RG: